Estratégia CONCURSOS

Aul

Conhecimentos Específicos p/ TJ-RJ (Analista - Psicólogo) Com Videoaulas - 2019.2

Professor: Marina Becalli

SUMÁRIO	PÁGINA
1. Apresentação	*02*
2. Ética profissional	*04*
3. Código de Ética	*05*
3.1 Apresentação do Código	*06*
3.2. Princípios fundamentais	*09*
3.3. Das responsabilidades do psicólogo	*11*
3.3.1 Das vedações do psicólogo	*13*
3.4. Das disposições gerais	*23*
4. Resolução de questões	*25*
5. Lista de questões	*74*
6. Gabarito	*104*



AULA 00 - DEMONSTRATIVA

1.1 – APRESENTAÇÃO

Caro aluno,

É com grande alegria que lhe dou boas-vindas a este curso de **PSICOLOGIA específico para o TJ/RJ** que será composto por:

- curso escrito (em PDF), formado por 12 aulas em que explico o conteúdo teórico, além de apresentar questões resolvidas.

- **fórum de dúvidas**, em que você pode entrar em contato direto conosco quando julgar necessário.

Em cada aula teremos a exposição da teoria seguida da resolução e comentários de questões de provas sobre o assunto. Nos comentários, pode haver explicações novas. Dessa forma, teoria e questões se complementam. Ao final, disponibilizarei a lista de questões trabalhadas na aula seguidas do gabarito.

Caso haja alguma dúvida em relação ao conteúdo, você está convidado a compartilhá-la no fórum de dúvidas. A possibilidade de interação com o professor é um dos diferenciais dos cursos em PDF; portanto, não hesite em usá-la.

Você nunca estudou Psicologia para concursos? Não tem problema, este curso também é para você. Isto porque você estará adquirindo um material bastante completo, onde você poderá trabalhar em aulas escritas, e resolver exercícios, sempre podendo aprender com as resoluções das questões e tirar dúvidas através do fórum. **Mesmo sem ter estudado este conteúdo antes, você pode conseguir um ótimo desempenho na sua prova**. Se você se encontra nesta situação, será preciso investir um tempo maior, dedicar-se bastante ao nosso curso.

Dito isso, ressalto as características principais do curso:

- **Conteúdo** teórico completo e atualizado, apresentado de forma clara e objetiva;
- **Questões resolvidas e comentadas;**
- **Contato direto com o professor via fórum para retirada de dúvidas;**

Enfim, espero que você aproveite o curso, tire as suas dúvidas, estude bastante e, na hora da prova, consiga ter um ótimo desempenho. Todo o esforço empregado nessa fase de preparação será recompensado com a alegria que acompanha a aprovação, momento que esperamos compartilhar com você!

Meu nome é Marina Beccalli e sou professora de Psicologia aqui do Estratégia Concursos. Sou formada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tendo experiência de atuação na área clínica em consultório particular, com ênfase na Psicanálise e como psicóloga perita da Justiça Federal, com ênfase em casos de sequestro internacional de crianças. Fui aprovada para o cargo de Psicólogo Judiciário do Tribunal de Justiça de SP (TJ/SP) no concurso de 2017. Além disso, a Psicologia Jurídica é a área da minha especialização.

Espero que seja produtivo o nosso **encontro e diálogo**. Além disso, sei o quanto faz diferença na preparação um material de qualidade, e o estudo para concurso exige ferramentas que sejam confiáveis, que sejam elaboradas de forma objetiva, sintetizada e com foco no que é cobrado em provas.

Para finalizar esta apresentação, quero que você tenha em mente que o primeiro passo para o sucesso é entender que **todo processo precisa de muita dedicação**. Ao estudar para concursos, é necessário escolher o melhor material de estudo, pois essa decisão, junto com seu esforço, é o que vai determinar sua aprovação.

Quer tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso? Deixo abaixo meus contatos:



E-mail: marinapbeccalli@gmail.com

Facebook: Marina Beccalli

Instagram: @marinapbeccalli

2 – ÉTICA PROFISSIONAL



A profissão de psicólogo foi criada no Brasil a partir da lei nº 4.119/62, que estabelece as normas para a oferta de cursos de graduação em psicologia.

Com a publicação da Lei 5.766/71 e do Decreto 79.822/77 foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, com o intuito de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão.

Com a criação dos conselhos, o exercício da profissão passou a ser permitido apenas a quem possuísse a Carteira de Identidade Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Psicologia da respectiva jurisdição.

Quando se fala em ética profissional, podemos pensar **no conjunto de normas pelas quais um indivíduo deve orientar seu comportamento profissional.** O CFP elaborou o **Código de Ética Profissional do Psicólogo,** atendendo às demandas sociais e norteado por elevados padrões

técnicos, buscando um adequado exercício profissional do psicólogo com seus pares e com a sociedade.

3 – CÓDIGO DE ÉTICA



O Código é o terceiro elaborado e foi aprovado em 2005, a partir de uma construção coletiva. **Ele visa estabelecer um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social da categoria**. Além de conhecer o Código de Ética, o profissional precisa estar a par das resoluções e cartilhas editadas pelo CFP. Essas Resoluções têm como objetivo normatizar o exercício da profissão:

- Determinando regras quanto à conduta profissional na prestação do cuidado;
- Definindo critérios para a utilização de instrumentos e técnicas na pesquisa e no exercício profissional;
- Marcando o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia em relação a temas de relevância social;
- Norteando a conduta profissional de acordo com princípios de respeito às individualidades, ao direito à vida e à saúde, do direito à cidadania e à dignidade da pessoa humana.

3.1 – APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

Um Código de Ética profissional, por estabelecer padrões esperados de determinada categoria profissional, procura incentivar a autorreflexão de cada indivíduo sobre sua prática, de modo a **responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e consequências no exercício profissional**.

O objetivo de um código de ética profissional não é de normatizar a técnica do trabalho e sim a de **assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade, um padrão de conduta que fortaleça**

o reconhecimento social daquela categoria. Expressa uma concepção de homem e de sociedade que baliza as formas das relações entre os indivíduos e se baseia no respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais.

Um código de ética não pode ser visto como um conjunto estático de normas imutáveis no tempo. É necessário reflexão e avaliação contínuas. É o terceiro código de ética dos psicólogos no Brasil e busca atender ao contexto legal, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã. Foi construído por meio de espaços de discussão sobre a ética da profissão, suas responsabilidades, com a participação direta dos psicólogos e aberto à sociedade.

Este Código pautou-se pelo **objetivo geral se aproximar mais de um instrumento de reflexão do que de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo** e se pauta nos seguintes Princípios:



a. Valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência, pois esses eixos atravessam todas as práticas e estas demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional.

b. Abrir espaço para a discussão, pelo psicólogo, dos limites e interseções relativos aos direitos individuais e coletivos, questão crucial para as relações que estabelece com a sociedade, os colegas de profissão e os usuários ou beneficiários dos seus serviços.

c. Contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a crescente inserção do psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais.

d. Estimular reflexões que considerem a profissão como um todo e não em suas práticas particulares, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem em quaisquer contextos de atuação.

Espera-se que o Código seja capaz de mostrar para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para sua formação e critérios para suas ações, contribuindo para o **fortalecimento a ampliação do significado social da profissão.**

*****

Vamos ver como esses assuntos são cobrados em prova?



(SEPLAG/MG – IBF – 2013) O Código de Ética é um importante instrumento para uma categoria profissional, na medida em que contribui para promover uma reflexão acerca de questões relativas ao exercício profissional. Assinale a alternativa correta em relação ao atual Código de Ética do Psicólogo:

(A) Pautou-se pelo princípio geral de aproximar-se de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo.

(B) Na sua construção, buscou-se valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência.

(C) É o quarto código da categoria no Brasil, e entrou em vigor em 2005.

(D) Conta apenas com as responsabilidades do psicólogo, do qual é exigido o cumprimento de uma série de questões relativas à prática profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código de Ética Profissional traz normas fundamentais para a profissão, mas também traz uma concepção sobre o homem, as relações entre indivíduos, servindo como um instrumento de reflexão.

(B) **CORRETA.** A produção do Código de Ética Profissional e suas discussões observaram questões técnicas, bem como questões de ordem social e filosófica, de forma que ele aborda a relação do psicólogo com a sociedade, com a profissão, com as entidades profissionais e com a ciência.

(C) **INCORRETA.** Esta atual versão é a terceira, em vigor desde 27 de agosto de 2005.

(D) **INCORRETA.** O Código de Ética Profissional tem discussões que trazem uma autorreflexão exigida de cada um frente a sua prática, para que haja uma responsabilização, de maneira pessoal e coletiva, por ações e suas consequências no exercício profissional, indo além das suas responsabilidades de psicólogo.

(HEPP – IBFC – 2014) Tendo em vista o atual Código de Ética do Psicólogo, pode-se considerar que, em sua construção, buscou-se a aproximação de um:

(A) Instrumento de reflexão do profissional.

(B) Conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo.

(C) Conjunto de padrões de conduta específicos para cada prática particular do psicólogo, uma vez que os principais dilemas éticos se restringem a práticas específicas.

(D) Instrumento que possa ser utilizado como modelo para ações específicas, principalmente na área de atuação clínica, escolar, organizacional e hospitalar.

COMENTÁRIOS:

Apesar das técnicas que envolvem cada profissão, o Código de Ética do Psicólogo traz aspectos de reflexão, devido ao momento do país e à Psicologia como uma área recente de desenvolvimento científico e profissional.

(A) **CORRETA.** Além das características técnicas e dos padrões esperados quanto às práticas da categoria profissional, também é missão do Código de Ética do Psicólogo ser um instrumento de reflexão quanto a valores universais, e de acordo com o momento social e cultural do país.

(B) **INCORRETA.** O Código de Ética do Psicólogo não se restringe apenas a um conjunto de normas a serem seguidas, tendo, além disso, uma característica reflexiva.

(C) **INCORRETA.** Os dilemas éticos não se limitam apenas a práticas específicas e o Código não se restringe a elas, pois também se refere a condutas que têm relação com visão de mundo e de contexto sociocultural.

(D) **INCORRETA.** O Código de Ética do Psicólogo não dispõe apenas sobre as áreas clínicas, escolares, organizacionais e hospitalares. Ele regulamenta a profissão como um todo, incluindo as especificidades da prática, e também fala sobre limites individuais e coletivos na relação com responsabilidade e compromisso com a promoção da cidadania.

3.2 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS



Os Princípios Fundamentais são os eixos que norteiam os artigos deste Código de ética.



I. O psicólogo baseará seu trabalho no **respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano,** apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e **contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.**
III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, **analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.**
IV. **O psicólogo atuará com responsabilidade,** por meio do **contínuo aprimoramento profissional**, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
V. O psicólogo contribuirá para **promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão**.
VI. O psicólogo zelará para que o **exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando as situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.**
VII. O psicólogo **considerará as relações de poder** nos contextos em que atua e os **impactos dessas relações** sobre as suas atividades profissionais, **posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código**.

HORA DE PRATICAR!



(TRT 12º REGIÃO – FCC – 2013) Acerca do Código de Ética Profissional do Psicólogo, é INCORRETO afirmar que o psicólogo:

(A) Contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(B) Zelará para que o exercício profissional seja efetuado com austeridade, mesmo quando levado a tolerar e aceitar situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

(C) Atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) Trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade e opressão.

(E) Atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** O Código dispõe que o psicólogo contribua para a universalização do acesso da população às informações e conhecimentos da profissão.

(B) **INCORRETA.** O Código fala que o profissional deve rejeitar situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

(C) **CORRETA.** O Código defende uma atuação com responsabilidade e contínuo aprimoramento por parte do psicólogo.

(D) **CORRETA.** O Código dispõe que o psicólogo trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(E) **CORRETA.** O Código determina que haja, por parte do profissional, uma análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural.

3.3 – DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO



Art. 1º - São **deveres** fundamentais dos psicólogos:



(a) Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código (**preste atenção:** caso cometa falta ética, o profissional não poderá alegar que não conhecia seus deveres, pois todo psicólogo tem o dever de conhecer a legislação que regulamenta a profissão);

(b) Assumir responsabilidades profissionais **somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente** (**preste atenção:** caso o psicólogo seja chamado a prestar um serviço para o qual não esteja capacitado, deverá recusar-se tendo como argumento o dever previsto no Art.1ºb do Código de Ética Profissional do Psicólogo);

(c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, **utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional (**Perceba: o Código associa a prestação do serviço de qualidade à necessidade de condições adequadas de trabalho. Por exemplo, podemos pensar em um lugar em que não haja um espaço apropriado para a escuta do paciente, o que faz com que o som vaze e o sigilo seja comprometido. Com base no Código, o profissional poderá solicitar um espaço adequado para a prestação do serviço. Já na outra parte fica claro que o profissional pode utilizar somente técnicas ou instrumentos que tenham fundamentação com a ética da profissão, além de comprovado embasamento científico e estejam de acordo com o Código);

(d) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, **sem visar benefício pessoal;**

(e) Estabelecer acordos de prestação de serviços que **respeitem os direitos do usuário ou beneficiário dos serviços de Psicologia**;

(f) Fornecer, **a quem de direito**, sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos e fornecer, **sempre que solicitado**, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

(g) Informar, **a quem de direito**, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos e fornecer, **sempre que solicitado**, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

(h) Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

(i) **Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo** sejam feitas conforme os princípios deste Código;

(j) Ter, para como o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade e, **quando solicitado, colaborar com estes**, salvo impedimento por motivo relevante;

(k) **Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente**, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

(l) Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.



(UFJF – COPESE – 2013) De acordo com o Código de Ética Profissional, são deveres fundamentais do psicólogo, EXCETO:

(A) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar ao benefício pessoal.

(B) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao objetivo pessoal.

(C) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante.

(D) Desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando ao benefício próprio, pessoas ou organizações com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública é um dos deveres fundamentais do psicólogo.

(B) **CORRETA.** O fornecimento de serviços psicológicos a quem de direito é dever fundamental.

(C) **CORRETA.** Ter respeito, consideração e solidariedade é dever fundamental do psicólogo e a colaboração com colegas e outros profissionais somente não ocorrerá por motivo relevante.

(D) **INCORRETA.** Ao psicólogo é vedado desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando ao benefício pessoal, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

3.4 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As **transgressões** deste Código **constituem infração disciplinar** com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:



- Advertência;
- Multa;
- Censura pública;
- **Suspensão** do exercício profissional por até 30 dias, **ad referendum** do Conselho Federal de Psicologia;
- **Cassação** do exercício profissional, **ad referendum** do Conselho Federal de Psicologia.

Art.22 – As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, **ad referendum** do Conselho Federal de Psicologia.

Art.23 – Competirá ao Conselho Federal de Psicologia firmar jurisprudência quanto aos casos omissos e fazê-la incorporar a este Código.

Art.24 – O presente Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 25 – Este Código entra em vigor em 27 de agosto de 2005.

Este Código de Ética Profissional é fruto de amplos debates ocorridos entre os anos de 2003 e 2005, envolvendo:

- Os trabalhos de uma comissão de psicólogos e professores convidados;
- Os trabalhos da Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras do Sistema Conselhos de Psicologia, APAF, sob responsabilidade do Conselho Federal de Psicologia.
- 15 fóruns regionais de Ética, que culminaram com o II Fórum Nacional de Ética.

3.3.1 – Vedações ao psicólogo:

ESCLARECENDO

Art. 2º: Ao psicólogo é **vedado**:

a) **Praticar ou ser conivente** com quaisquer atos que caracterizem a **negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.**

b) **Induzir a convicções** políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, **quando do exercício de suas funções profissionais**;

c) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e **a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência**;

d) **Acumpliciar-se com pessoas ou organizações** que exerçam ou favoreçam **o exercício ilegal da profissão** de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;

e) **Ser conivente** com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;

f) **Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão**;

g) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;

h) **Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos** e técnicas psicológicas, **adulterar seus resultados** ou fazer **declarações falsas**;

i) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços;

j) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa **interferir negativamente** nos objetivos do serviço prestado;

k) **Ser perito, avaliador ou parecerista** em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;

l) **Desviar para serviço particular** ou de outra instituição, **visando benefício próprio**, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional;

m) Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas;

n) Prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais;

o) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados assim como intermediar transações financeiras;

p) Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;

q) Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em **meios de comunicação, de forma expor pessoas, grupos ou organizações.**

HORA DE PRATICAR!

(SESACRE – FUNCAB – 2013) As alternativas abaixo apresentam o que é vetado ao psicólogo no exercício profissional, de acordo com o artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, EXCETO:

(A) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços.

(B) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico científica.

(C) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual, quando do exercício de suas funções profissionais.

(D) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência.

(E) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento cujos procedimentos não estejam reconhecidos pela profissão.

COMENTÁRIO:

(A) **CORRETA.** Ao psicólogo é vedado pelo artigo 2º do Código de Ética Profissional induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços.

(B) **CORRETA.** O trabalho do psicólogo deve se pautar na ética e na qualidade técnico-científica, aspectos que também devem ser observados na emissão de documentos.

(C) **CORRETA.** O psicólogo não deve induzir convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, nem de orientação sexual.

(D) **INCORRETA.** Um dos deveres fundamentais do psicólogo é prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência sem visar ao benefício pessoal.

(E) **CORRETA.** Alguns procedimentos e técnicas não são reconhecidos pelo CFP. É vedado ao psicólogo prestar serviços ou vincular o seu título a serviços de atendimento cujos procedimentos não estejam reconhecidos pelo Código e pelo Conselho Federal de Psicologia. Como exemplo, podemos citar o reiki e a aromaterapia.



Art.3º - O psicólogo, **para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras** deste Código.

Parágrafo Único**: Existindo incompatibilidade**, cabe ao psicólogo **recusar-se a prestar serviços** e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art.4º - Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

a) Levará em conta a **justa retribuição aos serviços** prestados e as **condições do usuário ou beneficiário**;
b) Estipulará o valor **de acordo com as características da atividade** e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;
c) Assegurará a **qualidade** dos serviços oferecidos **independentemente do valor acordado**.

Art.5º - O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, garantirá que:

a) As **atividades de emergência não sejam interrompidas**;
b) Haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela mesma.



Art.6º - O psicólogo, **no relacionamento com profissionais não-psicólogos:**

a) **Encaminhará** a profissionais ou entidades habilitados e qualificados **demandas que extrapolem seu campo de atuação**;

b) Compartilhará **somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado**, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a **responsabilidade,** de quem as receber**, de preservar o sigilo.**

Art.7º- O psicólogo **poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional**, nas seguintes situações:

a) **A pedido do profissional** responsável pelo serviço;
b) Em **caso de emergência ou risco ao beneficiário** ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional;
c) Quando **informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva** do serviço;
d) Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.



(SEPLAG/MG – IBFC – 2013) De acordo com o atual Código de Ética do Psicólogo, este poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional nas seguintes situações:

I- A pedido do profissional responsável pelo serviço.

II- Em caso de emergência ou risco ao usuário do serviço, quando não será necessário dar imediata ciência ao profissional.

III – Quando informado expressamente, por qualquer das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

IV – Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Estão corretas as afirmativas:

(A) Apenas I e IV estão corretas.

(B) Apenas I e II estão corretas.

(C) Apenas II e III são falsas.

(D) Apenas II é falsa.

COMENTÁRIO:

I. **CORRETA.** Poderá o psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos quando estejam sendo efetuados por outro profissional, a pedido do profissional responsável pelo serviço.

II. **INCORRETA.** Em caso de emergência ou risco ao usuário do serviço, poderá o psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos, mas dará imediata ciência ao profissional acompanhante.

III. **CORRETA.** Dado o caráter de interrupção voluntária e definitiva do serviço, após informação expressa, poderá o psicólogo intervir na prestação de serviços psicológicos anteriormente prestados por outro colega.

IV. **CORRETA.** Dentre as atividades do psicólogo está o trabalho multiprofissional. Quanto à metodologia adotada, poderá o profissional intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro colega.

RESPOSTA: D.



(TRE/CE – FCC – 2012 O art.4º do Código de Ética Profissional do Psicólogo informa que, ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário, estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado e assegurará a qualidade dos serviços oferecidos:

(A) Respeitando os valores aplicados pelo mercado de saúde.

(B) Por meio do valor acordado.

(C) Respeitando as tabelas de valores indicadas pelo Conselho Regional de Psicologia do qual faz parte.

(D) Respeitando a média dos valores estabelecidos pelas tabelas de valores indicadas pelo Conselho Regional de Psicologia do qual faz parte.

(E) Independentemente do valor acordado.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário, não se pautando apenas no mercado de saúde.

(B) **INCORRETA.** O valor acordado não será o determinante da qualidade dos serviços oferecidos.

(C) **INCORRETA.** Os valores da tabela disponibilizada pelo CFP são Valores de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos, e devem servir de base sem desconsiderar o que regula o Código de Ética quanto à observância das condições do usuário ou beneficiário.

(D) **INCORRETA.** Os Valores de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos são regulamentados pelo Conselho Federal de Psicologia. Os indicativos de valores de honorários cobrados são apenas um parâmetro, cabendo a cada profissional definir, de acordo com o usuário dos seus serviços, as modificações e valores a serem cobrados.

(E) **CORRETA.** A qualidade dos serviços ofertados será assegurada independentemente do valor acordado.

Art.8º - para realizar o atendimento **não eventual de criança, adolescente ou interdito**, o psicólogo deverá **obter autorização de ao menos um de seus responsáveis**, observadas as determinações da legislação vigente:

§1º - no caso de não se apresentar um responsável legal o **atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes**;

§2º - o psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

Art.9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art.10º - Nas situações **em que se configure conflito** entre as exigências decorrentes do disposto no Art.9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo **poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo**.

Art.11º - quando requisitado a **depor em juízo**, o psicólogo **poderá prestar informações**, considerando o previsto neste Código.



o sigilo é um DEVER do psicólogo. No entanto, em certas situações, é permitido revelar algumas informações, devendo restringir-se a expor apenas os elementos estritamente necessários.





(TJ/PE – FCC – 2012) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o psicólogo, quando requisitado a depor em juízo:

(A) não poderá prestar informações dado que é dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional (Art. 9o).

(B) poderá prestar informações, considerando o previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 11).

(C) não poderá prestar informações, dado que o psicólogo deve garantir a proteção integral do atendido (Art. 8o parágrafo 2o).

(D) poderá prestar somente informações se forem sobre indivíduo(s) maior(es) de 18 anos, com antecedente infracional (Art. 10, parágrafo único).

(E) não poderá prestar informações no caso de atendimento a crianças e adolescentes, dado que para fazê-lo, dependeria da autorização dos pais do(s) menor(es) por escrito (Art. 13).

COMENTÁRIOS:

É importante ressaltar que dados estritamente relevantes para outros profissionais e que garantam a proteção integral do atendido podem ser compartilhados, no que tange à sua relevância para o caso, e ainda com base no princípio da busca de menor prejuízo.

(A) **INCORRETA.** O Código dispõe que o psicólogo poderá depor em juízo, limitando-se a informações relevantes ao caso e com base no princípio da busca do menor prejuízo.

(B) **CORRETA.** O psicólogo poderá depor em juízo, compartilhando apenas informações relevantes ao caso, resguardando informações confidenciais e assinalando a quem receber a informação sobre a preservação do sigilo.

(C) **INCORRETA.** O atendimento não eventual de criança, adolescente e interdito deve ocorrer com a autorização de pelo menos um dos responsáveis. Há a possibilidade de que o psicólogo revele informações pertinentes ao caso, mas sempre de forma responsável e de forma a garantir a proteção integral do atendido.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo pode decidir quebrar o sigilo na busca do menor prejuízo, mas essa quebra não está relacionada ao fato de serem os indivíduos maiores de 18 anos e com antecedentes infracionais.

(E) **INCORRETA.** No atendimento de criança, adolescente e interdito, pode haver também a quebra do sigilo, desde que se busque o princípio do menor prejuízo e se faça de forma responsável.

Art.12 – Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo **registrará apenas as informações necessárias** para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art.13 – No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito**, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial** para se promoverem medidas em seu benefício.

Art.14 – A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, **devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.**

Art. 15 – Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais.

§1º - Em caso de **demissão ou exoneração**, o psicólogo **deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.**

§2º - Em caso de **extinção do serviço de Psicologia**, o psicólogo responsável **informará ao Conselho Regional de Psicologia**, que providenciará a destinação dos arquivos confidenciais.

Art. 16 – O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:



a) **Avaliará os riscos envolvidos**, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de **proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas**;

b) **Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos**, mediante **consentimento livre e esclarecido**, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;

c) **Garantirá o anonimato** das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;

d) **Garantirá o acesso** das pessoas, grupos ou organizações aos **resultados** das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 17 – Caberá aos psicólogos docentes ou supervisores esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 18 – O psicólogo **não** divulgará, ensinará, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Art.19 – O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

Art.20 – O psicólogo, **ao promover publicamente seus serviços**, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:

a) Informará seu nome completo, o CRP e seu número de registro;
b) Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua;
c) Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas na profissão;
d) Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda;
e) Não fará previsão taxativa de resultados;
f) Não fará autopromoção em detrimento de outros profissionais;
g) Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais;
h) Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais.

4 – RESOLUÇÃO DE QUESTÕES

QUESTÕES PARA MEMORIZAÇÃO

1. (HEPP – IBFC- 2014) Códigos de Ética profissionais são fundamentais para o estabelecimento de padrões esperados quanto ás práticas referendadas por uma respectiva categoria profissional e pela sociedade. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do atual Código de Ética do Psicólogo:

(A) Foi aprovado em 2005.

(B) É o terceiro da categoria profissional no Brasil.

(C) Seu processo de construção ocorreu num período inferior a seis meses, e contou com a participação de alguns profissionais da categoria de psicólogos, que puderam representar os demais e a sociedade.

(D) Conta com os princípios fundamentais, as responsabilidades do psicólogo e as disposições gerais.

COMENTÁRIO

(A) **CORRETA.** Em 2005, foi aprovado o Código de Ética Profissional do Psicólogo, que entrou em vigor no dia 27 de Agosto de 2005 e revogou a Resolução do CFP nº 002/87.

(B) **CORRETA.** O Código de Ética Profissional é o terceiro. Ele foi construído a partir de diversos espaços de discussão sobre as responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania.

(C) **INCORRETA.** A construção do Código de Ética ocorreu durante três anos, em todo o país, e ainda contando com a participação direta dos psicólogos, sedo um processo aberto à sociedade.

(D) **CORRETA.** O Código de Ética Profissional é divido em: Princípios Fundamentais, Responsabilidades do Psicólogo e Disposições Gerais.

2. (TRT 15º REGIÃO – FCC- 2013) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 3º), o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código de Ética. Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo:

(A) Denunciar os colegas, mas manter-se no emprego para gerar transformações.
(B) Manter a prestação de serviços de serviços, respeitando as limitações do empregador.
(C) Permanecer calado e subserviente até que possa deslocar-se para outro emprego.
(D) Recusar-se a prestar serviço e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.
(E) Ficar no emprego para obter informações e depois advertir o empregador.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Cabe ao psicólogo zelar pelo cumprimento do Código de Ética e ter respeito, consideração e solidariedade para com outros psicólogos e para com outros profissionais, não cabendo permanecer na organização, caso a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas vigentes sejam incompatíveis com os princípios e regras do Código.

(B) **INCORRETA.** Tendo em vista a incompatibilidade da missão, filosofia, políticas, normas e das práticas vigentes na organização com os princípios éticos da profissão, o psicólogo não deve manter-se na organização.

(C) **INCORRETA.** Entre os deveres do psicólogo, está o de prestar serviços de qualidade em condições dignas e apropriadas. Ao permanecer calado e subserviente quanto ao fato de perceber incompatibilidade da missão, política, filosofia, normas e das práticas vigentes na

organização até que possa deslocar-se para outro emprego, o psicólogo estará cometendo falta ética.

(D) **CORRETA.** É legítima a recusa por parte do psicólogo em prestar serviços ao perceber a incompatibilidade da missão, filosofia, práticas e das normas vigentes na organização, cabendo, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

(E) **INCORRETA.** Cabe ao psicólogo considerar e avaliar a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas vigentes na organização e sua compatibilidade com os princípios e regras presentes no Código de Ética antes de ingressar ou permanecer na organização. Caso sejam incompatíveis, cabe ao profissional recusar-se em prestar serviços e não permanecer, apresentando denúncia, se pertinente, ao órgão competente.

3. (HEPP – IBFC – 2014) Na prática do trabalho do psicólogo, eventualmente podem ocorrer situações em que exista a necessidade de intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional também da área da Psicologia. Situações como estas são permitidas, de acordo com o atual Código de Ética da categoria, nas seguintes condições:

I – Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

II – Quando informado expressamente, obrigatoriamente por ambas as partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

III – A pedido do profissional responsável pelo serviço.

IV – Em caso de emergência ou risco à pessoa atendida, não necessitando, neste caso, de imediata ciência do profissional responsável pelo acompanhamento do caso.

Estão corretas as alternativas:

(A) I e III são corretas.

(B) Somente I é correta.

(C) II, III e IV são corretas.

(D) Todas são corretas.

COMENTÁRIOS:

I – **CORRETA.** O psicólogo poderá intervir quando se tratar de um trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia.

II – **INCORRETA.** A interrupção voluntária e definitiva deve ser informada por uma das partes e não "obrigatoriamente por ambas as partes".

III – **CORRETA.** O profissional responsável pelo serviço pode solicitar que haja intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

IV – **INCORRETA.** Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, o Código prevê a intervenção de outro profissional psicólogo, mas deve-se dar imediata ciência do fato ao profissional acompanhante.

RESPOSTA: A

4. (SESACRE – FUNCAB – 2014) De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, o psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento, deverá. Marque a alternativa INCORRETA.

(A) Avaliar os riscos envolvidos.

(B) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos.

(C) Garantir o anonimato das pessoas.

(D) Garantir o acesso dos envolvidos aos resultados da pesquisa.

(E) Prestar serviços a organizações concorrentes.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** O Código de Ética afirma que deverão ser avaliados os ricos envolvidos com o objetivo de proteger pessoas, grupos, organizações e comunidades ligadas à pesquisa.

(B) **CORRETA.** O caráter voluntário de participação dos envolvidos na pesquisa é feito pela assinatura do consentimento livre e esclarecido e tratado no Código.

(C) **CORRETA.** O Código traz garantia do anonimato das pessoas, grupos ou organizações participantes das pesquisas, salvo se o participante apresentar interesse manifesto em contrário.

(D) **CORRETA.** Sempre que desejarem, é garantido o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, mesmo após seu encerramento.

(E) **INCORRETA.** O Código pontua ser vetado ao psicólogo prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas.

5. (UFJF – COPESE – 2013) O Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, em resolução que entrou em vigor em 27/08/2005, tem entre seus princípios fundamentais, EXCETO:

(A) O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(B) O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica.

(C) O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica e aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) O psicólogo assumirá responsabilidades profissionais somente para atividades para as quais esteja capacitado e pelas quais receberá salário digno.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** A Declaração Universal dos Direitos Humanos descreve os direitos humanos básicos, como os princípios da liberdade, dignidade, igualdade e integridade da pessoa humana.

(B) **CORRETA.** O Código versa sobre as relações de poder e sobre o psicólogo posicionar-se de forma crítica quanto aos impactos destas na sua atuação.

(C) **CORRETA.** Cabe ao psicólogo contribuir para a promoção da universalização do acesso a informação quanto aos direitos fundamentais do ser humano.

(D) **INCORRETA.** O profissional deve desempenhar e assumir responsabilidades em atividades para as quais estiver capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

6. (TJ/AM – FGV – 2013) De acordo com o Código de Ética dos Psicólogos brasileiros, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo deve prestar serviços à comunidade em situações de emergência ou calamidade sem usufruir benefício pessoal.

(B) O psicólogo, no exercício da profissão, não possui atribuição de comunicar aos órgãos competentes irregularidades observadas.

(C) O psicólogo não é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.

(D) O psicólogo poderá sugerir a derivação de um paciente atendido numa instituição para sua clínica privada sempre que for conveniente.

(E) O psicólogo não é obrigado a fornecer os resultados de seu atendimento.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É dever fundamental do psicólogo prestar serviços à comunidade sem usufruir benefício pessoal.

(B) **INCORRETA.** É dever fundamental do profissional comunicar aos órgãos competentes os casos de exercício ilegal da profissão, além de irregularidades e transgressões observadas.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.

(D) **INCORRETA.** É vedado ao profissional desviar para pessoas para serviço particular ou de outra instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

(E) **INCORRETA.** É dever informar a quem de direito os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

7. (SEPLAG – CESGRANRIO – 2011) Considere a situação em que uma greve de profissionais da saúde paralise as atividades de um equipamento de saúde mental. Considere as afirmativas abaixo acerca das obrigações éticas que cabem a um psicólogo que trabalha nesse serviço.

I – O psicólogo deve garantir a continuidade dos atendimentos pelos quais já era responsável antes do indicativo de greve.

II – O psicólogo deve garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

III – O psicólogo deve avisar previamente aos usuários que haverá a paralisação dos serviços.

É correto apenas o que afirma em:

(A) I

(B) II

(C) III

(D) I e II

(E) II e III

COMENTÁRIOS:

I – **INCORRETA.** É possível a participação do psicólogo em greves ou paralisações, sendo garantido, entretanto, o atendimento nos serviços de emergências e devendo os usuários do serviço serem avisados antecipadamente.

II – **CORRETA.** O Código trata especificamente sobre a não interrupção das atividades de emergência.

III – **CORRETA.** É necessário que haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela greve ou paralisação dos serviços.

RESPOSTA: E

8. (TJ/AM – FGV – 2013) Um psicólogo foi convidado para ser perito de um caso de impedimento por problemas mentais. No decurso do processo, descobriu que um dos familiares do paciente, diretamente envolvido com o caso, era amigo de infância, embora não houvesse um convívio atual sistemático. Sobe o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

(A) O Código de Ética não tem orientação específica para tais situações.
(B) O profissional deveria procurar o amigo informando que era um dos peritos, mas que não sabia das circunstâncias antes de ter o processo em mãos.
(C) O profissional deveria se afastar do caso, pedindo sua substituição.
(D) O profissional não deveria se comunicar com o amigo antes da decisão final.
(E) O profissional deveria consultar outro psicólogo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código tem orientações específicas para tais situações.

(B) **INCORRETA.** O profissional não deve estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

(C) **CORRETA.** É vedado ao psicólogo ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação. O profissional deverá se afastar do caso.

(D) **INCORRETA.** É vedado ao psicólogo prestar serviços de perito, avaliador ou parecerista caso tenha tido vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, que possam afetar a qualidade de seu trabalho.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo estará impedido de realizar a atividade, pois é vedado prestar serviços de perito, avaliador ou parecerista caso tenha tido vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores na situação avaliada. Deverá se afastar do caso, pedindo sua substituição por outro colega psicólogo.

9. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Art.3º, o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará:

(A) Que não pode prestar serviços profissionais a organizações concorrentes, resultando em benefícios para as partes envolvidas.

(B) A justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário.

(C) Que as atividades de emergência em greves não sejam interrompidas.

(D) Prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela instituição.

(E) A missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras do referido código.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Quem trata da prestação de serviços profissionais a organizações concorrentes é o Art.2º.

(B) **INCORRETA.** O art.4º trata sobre a fixação de remuneração pelo seu trabalho.

(C) **INCORRETA.** O art.5º discorre sobre a participação do psicólogo em greves e paralisações e fala sobre a não interrupção das atividades de emergência.

(D) **INCORRETA.** É necessária a prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos em casos de greve ou paralisações.

(E) **CORRETA.** O art.3º fala sobre ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização. Havendo incompatibilidade entre a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas vigentes e o Código de ética, caberá ao profissional recusar-se a prestar serviços.

10. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) O Código de Ética Profissional do Psicólogo aponta, no art.15 que, em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior:

(A) Encaminhamento às outras especialidades.

(B) Incineração do material.

(C) Utilização pelo psicólogo substituto.

(D) Encaminhamento ao juiz.

(E) Verificação de sua adequação.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O material de uso exclusivo do psicólogo não será encaminhado às outras especialidades. Se houver extinção do serviço de Psicologia, deverá o Profissional informar ao

Conselho Regional de Psicologia para que este se encarregue do destino dos arquivos confidenciais.

(B) **INCORRETA.** O Código de Ética não menciona incineração dos materiais.

(C) **CORRETA.** Em caso de demissão ou exoneração, o Código de Ética afirma que o material será repassado ao profissional psicólogo substituto.

(D) **INCORRETA.** Os documentos feitos pelo psicólogo não devem ser compartilhados por outros profissionais, nem mesmo por juiz.

(E) **INCORRETA.** Não há referência no Código em relação à verificação de adequação.

11. (SESA/ES – CESPE – 2013) Assinale a opção correta referente ao Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

(A) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos a promoção da saúde e de qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades, devendo o psicólogo ser neutro em quaisquer formas de violência e de discriminação.

(B) O profissional da psicologia deverá atuar com responsabilidade social e econômica, estando a par dos contextos históricos e sociais. Cabe ao profissional, ainda, a análise crítica das realidades social, cultural e individual na tomada de decisão.

(C) O psicólogo deverá atuar com responsabilidade no desenvolvimento da psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) O profissional de Psicologia deverá promover a universalização do acesso da população às informações e aos serviços, não cabendo sua contribuição no que tange ao conhecimento das especificidades da ciência psicológica.

(E) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos o trabalho fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam o artigo 5º da Constituição Federal.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo deverá trabalhar para eliminar quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(B) **INCORRETA.** O profissional atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural, não havendo menção sobre a responsabilidade econômica.

(C) **CORRETA.** É necessário o contínuo aprimoramento profissional, de maneira que a atuação responsável contribua para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) **INCORRETA.** O profissional, além de promover a universalização do acesso da população às informações e aos serviços, deve contribuir para o conhecimento das especificidades da ciência psicológica.

(E) **INCORRETA.** O trabalho fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano está presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

12. (TJ/PR – UFPR – 2013) Quanto à documentação que está sob sua responsabilidade, produzida ao longo de seu exercício profissional em uma instituição jurídica, o psicólogo deve pautar sua atuação no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005). Em relação à atitude adequada que o psicólogo deve assumir, de forma que resguarde o Código de Ética, no que diz respeito tanto a sua relação com a instituição como à documentação, em caso de demissão, exoneração ou extinção de sua função, é correto afirmar:

(A) A partir do ingresso em uma instituição jurídica, o psicólogo deve considerar as políticas, as normas e regras vigentes, sem prejudicar o andamento das decisões tomadas. Portanto, em relação aos seus arquivos confidenciais, caso o serviço de Psicologia seja extinto com sua demissão, ele deve avisar ao Conselho Regional de Psicologia, para que este providencie a destinação desses documentos.

(B) Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável decidirá sobre o destino de seus arquivos confidenciais e avisará o Conselho Regional de Psicologia sobre a extinção de seu cargo, registrando uma denúncia sobre a impossibilidade de dar continuidade aos casos atendidos.

(C) Tanto no caso de demissão e exoneração como no caso de extinção do cargo, é de responsabilidade do psicólogo a guarda de seus arquivos confidenciais durante cinco anos, podendo decidir pelo repasse ou não das informações sob sua guarda para a instituição ou psicólogo que irá substituí-lo.

(D) A documentação produzida pelo psicólogo em uma instituição jurídica, normalmente, são os prontuários aos quais todos têm acesso, pois contêm informações importantes para os casos que estão sendo avaliados. Sendo assim, caso o psicólogo não esteja mais na instituição, qualquer outro profissional da equipe poderá ficar responsável pelas informações.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Ao ser extinto o serviço de psicologia em que trabalha, o psicólogo deverá informar ao Conselho Regional de Psicologia, para que este providencie a destinação dos documentos.

(B) **INCORRETA.** Não existe previsão no código sobre denúncia em relação à impossibilidade de continuidade dos casos.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo tem o dever de repassar as informações necessárias ao entendimento do caso para a instituição ou psicólogo que venha a substituí-lo.

(D) **INCORRETA.** Os documentos produzidos pelo psicólogo não são de livre acesso a outros profissionais, devendo o psicólogo inclusive resguardar o caráter sigiloso das informações e assinalar a responsabilidade para pessoa que tiver acesso a eles posteriormente, caso saia do serviço.

13. (TJ/SP – VUNESP- 2012) De acordo com o § 2.º, do Art. n.º 8 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/05), o psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido. Esse artigo diz respeito, especificamente, ao atendimento não eventual de

(A) acidentados, trabalhadores e grupos em risco.

(B) pacientes hospitalares, idosos e usuários de drogas.

(C) crianças, adolescentes ou interdito.

(D) estrangeiros, indígenas e mulheres.

(E) aposentados, pensionistas e pessoas em situação de rua.

COMENTÁRIOS:

O Código traz considerações, especificamente, em relação ao atendimento não eventual de crianças, adolescentes ou interdito.

RESPOSTA: C

14. (TRE/BA – CESPE – 2017) Assinale a opção que apresenta princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

(A) A promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas, porém sem impactar a coletividade

(B) prática profissional digna e fundamentada nos preceitos religiosos e espirituais seguidos pelo paciente

(C) neutralidade profissional, ainda que com negligenciamento da realidade social, econômica e cultural do paciente

(D) atuação responsável, com aprimoramento contínuo do profissional

(E) prevenção da prática de automedicação por meio da restrição de acesso ao conhecimento da ciência psicológica por público leigo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas deve sim impactar a coletividade.

(B) **INCORRETA.** A prática do psicólogo não deve se fundamentar nem induzir a práticas religiosas e espirituais.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo deve considerar a realidade econômica, social e cultural do paciente.

(D) **CORRETA.** O psicólogo deve atuar de maneira responsável, com o contínuo aprimoramento profissional.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo deve levar ao conhecimento de todos as especificidades da psicologia.

15. (TRT 2º REGIÃO – FCC – 2014) O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, deve

(A) garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

(B) garantir que o pleito da greve ou paralisação esteja alinhado aos pressupostos básicos mencionados no Art. 1 dos princípios fundamentais do Código de Ética do Profissional Psicólogo.

(C) assegurar que todos os usuários dos serviços de assistência à saúde mental sejam atendidos.

(D) promover de forma crítica pleitos que defendam os direitos de sua categoria.

(E) comunicar ao Conselho Federal de Psicologia sobre seu desacordo sobre alguns itens da pauta da greve ou paralização.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** Quando houver greves ou paralisações, o psicólogo deve garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

(B) **INCORRETA.** Não há previsão quanto a isso no Código.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo deve assegurar que as atividades de emergência não sejam interrompidas. Não há menção a pacientes de saúde mental.

(D) **INCORRETA.** Não há tal previsão no Código.

(E) **INCORRETA.** Também não há tal previsão no Código.

16. (TJ/AP – FCC – 2014) Consta no Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu Art. 21, que as transgressões dos preceitos do Código constituem infração disciplinar com a aplicação de penalidades, na forma de dispositivos legais ou regimentais, dentre elas, a

(A) censura privada.

(B) multa.

(C) permissão do exercício profissional por somente 30 dias.

(D) cassação de documentos.

(E) prisão.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código prevê a censura pública.

(B) **CORRETA.** Há previsão de multa no Código.

(C) **INCORRETA.** A previsão é de suspensão do exercício profissional por 30 dias.

(D) **INCORRETA.** Não há tal previsão no Código.

(E) **INCORRETA.** Não há tal previsão no Código.

17. (TRF 2º REGIÃO – FCC – 2012) O Código de Ética Profissional do Psicólogo prevê que, quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo

(A) poderá prestar informações, considerando o previsto no referido Código.

(B) não está obrigado a comparecer à audiência.

(C) deve indicar bibliografia que esclareça previamente alguns pontos ao juiz.

(D) pode apenas responder a quesitos.

(E) deve sempre entregar por escrito seus achados e conclusões sobre o caso.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É legítimo o depoimento em juízo do psicólogo, devendo o profissional prestar apenas as informações necessárias e pertinentes ao caso em questão.

(B) **INCORRETA.** Em cumprimento à decisão judicial, deve o psicólogo comparecer à audiência.

(C) **INCORRETA.** O Código traz as relações do psicólogo com seus pares e com outros profissionais. Deve ser resguardado o caráter confidencial da informação, sendo compartilhada apenas informações necessárias. Não deve o psicólogo esclarecer previamente nem indicar bibliografia, mas apenas trazer informações pertinentes ao caso.

(D) **INCORRETA.** Tendo em vista a busca pelo menor prejuízo, fica facultada ao profissional a possibilidade, em caso de quebra de sigilo, de falar sobre informações relevantes, não sendo especificado somente sobre quesitos.

(E) **INCORRETA.** Os documentos escritos devem seguir as regras de tratar somente de informações pertinentes ao caso.

18. (TJ/MS – PUC PR – 2017) Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, marque a alternativa que **NÃO** representa um dever desse profissional.

(A) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados.

(B) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

(C) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(D) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

(E) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar, salvo impedimento por motivo relevante.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É prática vedada ao psicólogo.
(B) **INCORETA.** É um dos deveres fundamentais.
(C) **INCORRETA.** É um dos deveres fundamentais.
(D) **INCORRETA.** É um dos deveres fundamentais.
(E) **INCORRETA.** É um dos deveres fundamentais.

19. (DPE/RS – FCC -2017) Mariana, psicóloga com alguns anos de formação clínica, possui dois sobrinhos, filhos de sua única irmã Miriam. Certo dia, em uma conversa familiar, Miriam informou a toda a família que as crianças estão sofrendo muito com a separação conjugal dela e do marido. Miriam foi casada com Ricardo e, após doze anos de relacionamento, o casal decidiu se separar. Comunicaram essa decisão aos filhos de 5 e 7 anos e resolveram que seriam pais amigos e presentes, o que motivou a opção pela guarda compartilhada. No entanto, após 1 ano da separação, Ricardo

entrou com uma ação judicial de reversão da guarda para unilateral, sob a alegação que Miriam não estava dando permissão total para seu acesso aos filhos. O juiz determinou perícia psicológica e o ex-casal Miriam e Ricardo, de comum acordo, sugeriu que o trabalho fosse realizado pela psicóloga Mariana, pois ela conhecia melhor do que ninguém as crianças, a história do casal e poderia também oferecer melhores custos para a família que, naquele momento, atravessava dificuldades financeiras.

Levando-se em consideração o Código de Ética Profissional do Psicólogo divulgado pelo Conselho Federal de Psicologia é correto afirmar que

(A) A ponderação do custo-benefício deve ser imperiosa para o juiz na aceitação do nome da perita indicada pelas partes.

(B) Mariana não poderá assumir o encargo de ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais com a família solicitante.

(C) a vinculação pré-existente entre Mariana e a família, que ora lhe solicita a avaliação, trará maior clareza, profundidade e agilidade na análise que será apresentada ao juiz e, portanto, a tarefa pericial deve ser imediatamente iniciada por ela.

(D) a psicóloga Mariana não possui a especialidade solicitada na perícia, qual seja, avaliação de família em sofrimento e, portanto, necessitará solicitar um prazo maior ao juiz para a realização do trabalho.

(E) Mariana poderá apenas formular quesitos, entregá-los aos advogados das partes e, posteriormente, quando tiver conhecimento do laudo protocolado, respondê-los com o cuidado de indicar seu número de registro profissional.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Na situação descrita, Mariana está impedida a ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais que afetam a qualidade dos resultados da avaliação. Portanto, o juiz não deve aceitar sua indicação.

(B) **CORRETA.** Está de acordo com previsão do Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** O Código veda ser perito ou parecerista em situações em que haja vínculos pessoais, pois podem afetar a qualidade do trabalho.

(D) **INCORRETA.** Não existe tal previsão no Código.

(E) **INCORRETA.** Mariana está impedida de atuar no caso.

20. (TJ/PR – UFPR – 2017) A Resolução CFP nº 010/2005, aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), sendo possível encontrar:

"Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por

elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional

com seus pares e com a sociedade como um todo."

Analise as afirmativas a seguir.

I. No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

II. O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações.

III. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo não poderá prestar informações, considerando a obrigatoriedade

de manutenção do sigilo.

IV. A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas vigentes,

devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

V. Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará todas as informações

referentes ao trabalho desenvolvido.

Assinale a alternativa que corresponde às afirmativas **CORRETAS**.

A) II, III e IV.

B) I, II e IV.

C) III e IV.

D) I, III e V.

E) II, IV e V.

COMENTÁRIOS:

I – **CORRETA.** De acordo com o Código.

II – **CORRETA.** De acordo com o Código.

III – **INCORRETA.** Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo.

IV – **CORRETA.** De acordo com o Código.

V – **INCORRETA.** O psicólogo registrará apenas as informações necessárias ao trabalho.

RESPOSTA: B

21. (MPE/AC – FMP CONCURSOS – 2013) As transgressões dos preceitos do Código de Ética constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

(A) Aviso.

(B) Advertência.

(C) Multa ou multa com censura pública, sendo esta última ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

(D) Suspensão do exercício profissional, por até trinta dias, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

(E) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Aviso não constitui uma penalidade.

(B) **CORRETA.** A advertência é prevista no Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** Multa constitui uma penalidade, não devendo ter, porém, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

(D) **INCORRETA.** A suspensão do exercício profissional por até trinta dias é do Conselho Federal de Psicologia.

(E) **INCORRETA.** O Código fala cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

22. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) De acordo com o Código de Ética profissional dos psicólogos, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente, deverá:

(A) Avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos quanto pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, os grupos, as organizações e as comunidades envolvidas.

(B) Informar seu nome completo, CRP e seu número de registro.

(C) Garantir o anonimato das pessoas, dos grupos ou das organizações, salvo se a divulgação das identidades constituir interesse manifesto destes.

(D) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando-se os princípios deste Código.

(E) Garantir o acesso das pessoas, dos grupos ou das organizações aos resultados das pesquisas ou dos estudos após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

(B) **CORRETA.** Ao divulgar publicamente seus serviços, o psicólogo informará seu nome completo, CRP e número de registro.

(C) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

(D) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

(E) **INCORRETA.** Tal recomendação refere-se à divulgação de resultados de estudos ou pesquisas.

23. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) Segundo o Código de Ética profissional dos Psicólogos (Resolução CFP nº10/2005), é vedado ao psicólogo

(A) Estipular o valor de acordo com as características da atividade e o comunicar ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado.

(B) Induzir a convicções políticas, religiosas, filosóficas, morais, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito quando do exercício de suas funções profissionais.

(C) Participar de greves ou paralisações.

(D) Encaminhar a profissionais ou instituições habilitados e qualificados demandas que extrapõem seu campo de atuação.

(E) Intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, a pedido do profissional responsável pelo serviço.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Trata-se de dever fundamental.

(B) **CORRETA.** É uma das vedações prevista o Código.

(C) **INCORRETA.** Ao psicólogo é permitido participar de greves ou paralisações, desde que os serviços de emergência não sejam interrompidos.

(D) **INCORRETA.** Trata-se de dever fundamental.

(E) **INCORRETA.** É uma das previsões de situações em que o psicólogo poderá intervir no serviço de outro psicólogo.

24. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) O Código de Ética profissional dos psicólogos estabelece padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional. Nesse sentido, é correto afirmar que o psicólogo

(A) Assegure a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

(B) Deve comunicar todas as informações da sessão aos responsáveis no atendimento à criança.

(C) Esteja impedido de prestar informações quando requisitado a depor em juízo, mesmo considerando-se o previsto no Código de Ética profissional dos psicólogos.

(D) Esteja dispensado de zelar por seus arquivos confidenciais em caso de interrupção do trabalho por quaisquer motivos.

(E) Possa divulgar a identidade das pessoas envolvidas em caso de pesquisas.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** O psicólogo deve garantir a qualidade do serviço independentemente do valor acordado.

(B) **INCORRETA.** O psicólogo deve comunicar somente o estritamente necessário para os responsáveis.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo poderá prestar informações quando for intimado a depor em juízo, desde que buscando o princípio do menor prejuízo.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo tem o dever de zelar pelos materiais que estejam em sua guarda, devendo dar a eles o encaminhamento previsto pelo Código.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo deverá garantir o anonimato das pessoas envolvidas nos casos de pesquisa, salvo interesse manifesto destas.

25. (TJ/PI – FGV – 2015) Renata é psicóloga do Tribunal de Justiça, lotada numa Vara de Infância e Juventude. Contudo, nas horas vagas, ela atua numa organização sem fins lucrativos, que orienta e atende famílias em processo de adoção. Em geral, ao perceber as dificuldades das pessoas atendidas no tribunal, Renata costuma sugerir o encaminhamento para essa organização onde ela trabalha. De acordo com o Código de Ética profissional do psicólogo:

(A) não há infração ética, por se tratar de organização sem fins lucrativos;

(B) não há infração ética, desde que o encaminhamento esteja de acordo com o melhor interesse da criança;

(C) não há infração ética, contanto que as pessoas sejam atendidas por outros psicólogos da Vara de Infância e Juventude onde Renata está lotada;

(D) há infração ética somente no caso de Renata atender ou supervisionar na organização as mesmas pessoas que encaminhou do Tribunal;

(E) há infração ética caso o desvio para a organização vise o benefício próprio da Renata.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A infração ética não deixa de se caracterizar por se tratar se organização sem fins lucrativos.

(B) **INCORRETA.** O melhor interesse da criança não descaracteriza a infração ética.

(C) **INCORRETA.** As pessoas serem atendidas por outros psicólogos não descaracteriza a infração ética.

(D) **INCORRETA.** Não há previsão no Código sobre isso.

(E) **CORRETA.** O Código prevê infração ética no caso de psicólogo desviar paciente para instituição com a qual mantenha vínculo de trabalho visando ao benefício pessoal.

26. (TRT 1 – AOCP – 2018) De acordo com o Código de Ética profissional do Psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado ao psicólogo promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente.
(B) Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.
(C) Em atividades com equipes multiprofissionais, o psicólogo compartilhará todas as informações a que teve acesso assinalando a responsabilidade de quem as receber pela manutenção do sigilo.
(D) É vedado ao Psicólogo informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.
(E) O psicólogo poderá divulgar, ensinar, ceder, emprestar ou vender a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que não utilize mais em seus serviços.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** É **permitido**, desde que o profissional siga as orientações contidas do Art. 20 do código de ética;
(B) **CORRETA.** Art. 12 – Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.
(C) **INCORRETA.** Compartilhará **somente informações relevantes** para qualificar o serviço prestado (Art. 6º alínea b);
(D) **INCORRETA.** É um **dever**, não uma vedação (Art. 1º alínea g);
(E) **INCORRETA.** O psicólogo **não** divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão (Art. 18)

27. (EBSERH – AOCP – 2017) Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. O Código de Ética da Psicologia é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes. De acordo com o código que rege a profissão do psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, poderá divulgar qualificações, valores, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão, a fim de esclarecimentos a população.

(B) Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo como demissão ou exoneração, ele fica responsável por guardar de maneira segura todo o seu material, evitando que o outro profissional tenha acesso para que não haja nenhum tipo de exposição do paciente ou quebra de sigilo.

(C) De acordo com o Art. 7º- o psicólogo não poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(D) O Art. 16 prevê, em relação à realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, que o psicólogo avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

(E) Não é vedado ao psicólogo, de acordo com o Art. 2º-, desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

COMENTÁRIOS:

(**A) INCORRETA** - O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, **ZELARÁ** para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

(B) INCORRETA - Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo como demissão ou exoneração, o psicólogo **DEVERÁ REPASSAR TODO O MATERIAL** ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.

(C) INCORRETA - De acordo com o Art. 7º- o psicólogo **PODERÁ** intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações: a) A pedido do profissional responsável pelo serviço; b) Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional; c) Quando informado, expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço;

(D) CORRETA - O Art. 16 prevê, em relação à realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, que o psicólogo avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

(E) INCORRETA - **É** vedado ao psicólogo, de acordo com o Art. 2º-, desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

28. (EBSERH – AOCP – 2016) A ética é um princípio eficaz dentro de uma profissão e, quando cumprida de forma correta, há benefícios tanto para quem pratica, quanto para quem recebe. A prática da psicologia é norteada por um código de ética profissional. Assinale a alternativa correta no que diz respeito a esse código.

(A) No Brasil, a regulamentação da psicologia como profissão aconteceu em 27 de agosto de 1962, concomitantemente com o código de ética da profissão, que se mantém inalterado desde então.

(B) De acordo com o Art. 2º do código de ética profissional do psicólogo, a ele é vedado fornecer ao seu substituto, quando solicitado, as informações necessárias à evolução do trabalho.

(C) É dever do psicólogo induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços, visando à promoção da saúde.

(D) É vedado ao psicólogo, segundo o Art. 2º do código de ética, prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão.

(E) É dever do psicólogo receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A formulação deste Código de Ética, o terceiro da profissão de psicólogo no Brasil, responde ao contexto organizativo dos psicólogos, ao momento do país e ao estágio de desenvolvimento da Psicologia enquanto campo científico e profissional.

(B) **INCORRETA. Art. 1º** – São **deveres fundamentais** dos psicólogos:

k) Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, **fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho**;

(C) **INCORRETA. Art. 2º** – Ao psicólogo é **vedado**:

i) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços

(D) **CORRETA. Art. 2º** – Ao psicólogo é **vedado**:

f) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão;

(E) **INCORRETA. Art. 2º** – Ao psicólogo é **vedado**:

p) Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;

29. (PREF. MARILENA/PR – AOCP – 2016) De acordo com o Código de Ética, é permitido ao psicólogo

(A) induzir pessoas ou instituições a recorrer a seus serviços.

(B) realizar diagnóstico e divulgar procedimentos em meios de comunicação.

(C) identificar o sujeito ao relatar estudo ou análise de caso.

(D) prestar informações que esclareçam a natureza básica dos seus serviços.

(E) divulgar o preço de seus serviços para fazer propaganda de seus atendimentos.

COMENTÁRIOS:

Todas as alternativas trazem vedações ao psicólogo, exceto a letra D, que é o nosso gabarito.

30. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) De acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, cabe a este profissional, EXCETO

(A) basear seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.

(B) desconsiderar as relações de poder nos contextos em que atua, pois essas relações não são fundamentais ao avanço e desenvolvimento das instituições.

(C) contribuir para promover a universalização do acesso da população às informações e ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a psicologia esteja sendo aviltada.

(E) atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

COMENTÁRIOS:

A única alternativa que não traz princípios fundamentais é a letra B, pois na verdade o psicólogo deve considerar as relações de poder nos contextos em que atua.

RESPOSTA: B.

31. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) No que se refere às responsabilidades do psicólogo, conforme o seu Código de Ética, é vedado a este profissional, EXCETO

(A) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

(B) ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais.

(C) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

(D) estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

(E) receber ou pagar, remuneração ou porcentagem, por encaminhamento de serviços.

COMENTÁRIOS:

A única alternativa que não traz uma vedação ao psicólogo é a letra C, pois trata-se de um dever do psicólogo.

RESPOSTA: C

32. (UFPE – UFPE – 2016) O atual Código de Ética do Psicólogo busca:

A) valorizar os princípios fundamentais que devem orientar a relação do Psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência.

B) orientar o Psicólogo sobre os principais dilemas éticos que norteiam suas práticas particulares, por considerar que tais dilemas estão restritos a práticas específicas.

C) contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a dificuldade de inserção do Psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais.

D) estimular reflexões que considerem a profissão em suas práticas particulares.

E) fixar a remuneração do trabalho do Psicólogo em todas as suas áreas de atuação.

COMENTÁRIOS:

(A) **CORRETA.** É o que consta no Código.

(B) **INCORRETA.** Busca orientar sobre dilemas éticos que norteiam suas práticas em geral.

(C) **INCORRETA.** O Código não fala da dificuldade de inserção do psicólogo.

(D) **INCORRETA.** Estimular reflexões que considerem a profissão em suas práticas como um todo.

(E) INCORRETA. Não é uma proposta do Código.

33. (UFPE – UFPE – 2016) De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, é vedado ao Psicólogo:

A) estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia.

B) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.

C) ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação.

D) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente.

E) levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes do Código de Ética ou da legislação profissional.

COMENTÁRIOS:

A única alternativa que traz uma vedação ao psicólogo é a letra C. As outras alternativas trazem deveres.

RESPOSTA: C.

34. (UFPE – UFPE – 2016) De acordo com o Código de Ética Profissional, o psicólogo deve:

A) trabalhar visando promover a saúde dos trabalhadores e os objetivos organizacionais.

B) considerar as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, sem se posicionar, contudo.

C) utilizar os testes psicológicos, de acordo com a Resolução do CRP e avaliar a fidedignidade dos instrumentos e técnicas psicológicas.

D) prestar serviços profissionais a organizações concorrentes para favorecer as partes envolvidas.

E) transmitir somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não é um dever do psicólogo promover os objetivos organizacionais.

(B) **INCORRETA.** O psicólogo deve sim se posicionar.

(C) **INCORRETA.** Não é um dever, de acordo com o Código.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo não deve prestar serviços profissionais a organizações concorrentes.

(E) **CORRETA.** De acordo com as indicações do Código.

35. (UFPE – UFPE – 2013) Com base no Código de Ética Profissional, não é dever do Psicólogo: A) praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

B) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.

C) assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado, pessoal, teórica ou tecnicamente.

D) prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefícios pessoais.

E) estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de psicologia.

COMENTÁRIOS:

A letra A é a única que traz uma vedação e não um dever do psicólogo e, portanto, é o nosso gabarito.

RESPOSTA: A.

36. (FGV- AL/MT – 2013) Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a alternativa que indica o procedimento correto.

(A) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício por 60 dias.

(B) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu trabalho e o curto do investimento, resolve dar continuidade ao seu trabalho.

(C) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por entrar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabalho, resolve destruir todo o material arquivado.

(D) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.

(E) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante investimento em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatizando esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O Código prevê a suspensão por 30 dias.

(B) **INCORRETA.** Ao psicólogo é vedado utilizar técnicas não reconhecidas pelo Código e pelo CFP.

(C) **INCORRETA.** É dever do psicólogo zelar pela guarda do material que envolveu seu trabalho.

(D) **CORRETA.** O psicólogo pode decidir pela quebra do sigilo profissional, mas sempre levando em conta a busca pelo menor

(E) **INCORRETA.** É vedado ao psicólogo utilizar-se do preço dos serviços como forma de propaganda.

37. (TJ/GO – FGV – 2014) Ao receber as pessoas encaminhadas para serem avaliadas, por determinação judicial, o psicólogo percebeu que uma delas foi seu chefe na instituição onde trabalhou antes de ingressar no tribunal. O psicólogo:

(A) poderá realizar a avaliação psicológica, já que não existe mais vínculo com tal pessoa;

(B) poderá realizar a avaliação psicológica, caso não possua vínculos pessoais com tal pessoa;

(C) deverá realizar a avaliação psicológica, sob risco de descumprir a determinação judicial;

(D) não poderá realizar a avaliação psicológica, haja vista os vínculos pessoais ou profissionais poderem afetar o trabalho;

(E) não poderá realizar a avaliação psicológica, tendo em vista a relação hierárquica anterior entre ele e a pessoa.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não pode realizar a avaliação, pois seus vínculos anteriores podem afetar os resultados.

(B) **INCORRETA.** Não pode realizar a avaliação, mesmo que os vínculos sejam profissionais e não pessoais.

(C) **INCORRETA.** Não deve fazer a avaliação.

(D) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP.

(E) **INCORRETA.** Na verdade, não pode realizar a avaliação, pois os vínculos pessoais ou profissionais podem afetar os resultados.

38. (DPE/MT – FGV – 2015) Frederico e Márcia foram encaminhados à avaliação psicológica na medida em que vivenciam um processo conflituoso de disputa de guarda em relação à filha que, em razão do litígio, vem sofrendo intensamente. A filha acredita que a sua atual madrasta foi pivô da separação de seus pais e, por isso, vem reagindo à convivência dela. Frederico nega categoricamente que isso tenha ocorrido e, nos autos, atribui o comportamento da filha à alienação parental da mãe. Nas entrevistas das partes, o psicólogo escutou os problemas pretéritos havidos no intercurso da união do casal. Em seguida, o psicólogo chamou o advogado de Frederico e comunicou que este já mantinha relacionamento com a atual companheira durante a união com Márcia. Tal conhecimento

foi confidenciado por Frederico durante a entrevista e o profissional lhe avisou que daria tal informação a seu advogado. De acordo com o código de ética profissional, ao fazer essa comunicação, o psicólogo

(A) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois além de ser absolutamente inviolável, decorreu de um gesto de confiança de Frederico ao confidenciar algo durante a entrevista psicológica.

(B) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois, no relacionamento com profissionais não psicólogos, o psicólogo não deve compartilhar informações de caráter confidencial, a menos por determinação judicial.

(C) não comete infração ética caso seja uma informação importante que definirá a guarda em favor de Marcia, em considerando que os problemas pretéritos de relacionamento devem orientar as atribuições parentais.

(D) não comete infração ética caso seja uma informação relevante para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial da comunicação, assinalando a responsabilidade do advogado de preservar o sigilo.

(E) comete necessariamente infração ética caso o psicólogo comunicasse ao advogado sem avisar Frederico e mesmo que baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não comete, necessariamente, infração ética, pois o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, na busca pelo menor prejuízo.

(B) **INCORRETA.** Não comete, necessariamente, infração ética, pois o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, na busca pelo menor prejuízo e não apenas por decisão judicial.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não pode tomar partido dessa forma.

(D) **CORRETA.** De acordo com as recomendações do CFP.

(E) **INCORRETA.** Não comete, necessariamente, infração ética, pois o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo, na busca pelo menor prejuízo.

39. (PREF. DE CUIABÁ/MT – FGV – 2015) João possui 50 anos e é civilmente interditado desde os 30. Ele iniciou atendimento com o psicólogo que, depois de algumas entrevistas preliminares, quis procurar algum responsável legal para autorizar a continuidade do tratamento. Na medida em que nenhum responsável se apresentou, o psicólogo não viu necessidade de comunicar mais nada e deu continuidade ao tratamento. De acordo com o Código de Ética Profissional,

(A) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, endossando a incapacidade civil do paciente.

(B) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, na medida em que quebraria o sigilo profissional.

(C) o psicólogo cometeu infração ética ao continuar o tratamento sem comunicar às autoridades competentes.

(D) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética na medida em que não se trata de paciente menor de idade.

(E) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética haja vista não ter aparecido nenhum responsável.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo deve buscar o responsável legal, para realizar atendimento não eventual de interdito.

(B) **INCORRETA.** Não cometeu infração ética ao buscar o responsável legal.

(C) **CORRETA.** Ao não conseguir localizar o responsável legal, o psicólogo deveria ter comunicado o atendimento às autoridades competentes.

(D) **INCORRETA.** No atendimento de interdito também é necessário buscar o responsável legal ou comunicar as autoridades competentes.

(E) **INCORRETA.** Ele deveria ter comunicado às autoridades competentes.

40. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014) O responsável legal por um paciente que o psicólogo atende solicitou que fossem prestados alguns esclarecimentos à autoridade judicial para definir um processo de guarda e regulamentação de visita. De acordo com o Código de Ética Profissional, o psicólogo deve:

(A) informar as intervenções e a orientação do projeto terapêutico;

(B) comunicar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;

(C) opinar de forma fundamentada sobre a guarda e regulamentação de visita;

(D) transmitir somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o paciente;

(E) resguardar o sigilo profissional e não comunicar nada ao juiz.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo não deve informar as intervenções e a orientação do projeto terapêutico.

(B) **INCORRETA.** O psicólogo não deve comunicar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não deve opinar de forma fundamentada sobre a guarda e regulamentação de visita.

(D) **CORRETA.** O psicólogo deve transmitir somente o necessário para ajudar na tomada de decisões.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo poderá quebrar o sigilo, mas deve comunicar apenas o estritamente necessário.

41. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014) De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é seu dever fundamental:

(A) prestar serviços psicológicos de qualidade, devendo comunicar ao seu conselho, num prazo máximo de um mês, caso se utilize de técnicas ainda não reconhecidas na legislação profissional;

(B) prestar serviços profissionais em situação de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;

(C) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado, mediante pagamento por seus serviços;

(D) informar os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo todas as informações neles obtidas para a tomada de decisões que afetam o usuário ou beneficiário;

(E) preservar uma relação colaborativa com outro profissional psicólogo, levando ao conhecimento das instâncias competentes somente os casos de exercício ilegal ou irregular da profissão.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Não se deve fazer uso de técnicas não reconhecidas pela legislação profissional.

(B) **CORRETA.** É um dever fundamental trazido pelo Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** Deve fornecer as informações, não sendo vinculado ao pagamento por seus serviços.

(D) **INCORRETA.** Deve transmitir somente o necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário/beneficiário.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo deve levar ao conhecimento das autoridades competentes qualquer tipo de falta ética de que tenha ciência.

42. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014) Há situações em que o psicólogo pode se deparar com o conflito entre o sigilo profissional e os valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos. Em casos assim, de acordo com o Código de Ética Profissional, ele poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca:

(A) da liberdade;

(B) da dignidade;

(C) do bem-estar;

(D) de seu benefício;

(E) do menor prejuízo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pela liberdade.

(B) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pela dignidade.

(C) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pelo bem-estar.

(D) **INCORRETA.** A quebra do sigilo não deve se basear na busca pelo seu benefício.

(E) **CORRETA.** A quebra do sigilo deve se basear na busca do menor prejuízo.

43. (FUNARTE – FGV – 2014) O psicólogo comete infração ao Código de Ética na seguinte situação:

(A) prestar serviço profissional em situação de calamidade pública ou emergência, sem visar benefício pessoal;

(B) levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes do Código de Ética ou da legislação profissional;

(C) pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;

(D) estipular o valor da remuneração de acordo com as características de sua atividade e comunicá-lo ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

(E) intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, numa situação de trabalho multiprofissional em que a intervenção faz parte da metodologia adotada.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** É um dever fundamental.

(B) **INCORRETA.** É um dever fundamental.

(C) **CORRETA.** Constitui falta ética.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo deve ter essa atitude.

(E) **INCORRETA.** É uma das possibilidades de intervenção do psicólogo, segundo o Código de Ética.

44. (FUNARTE – FGV – 2014) Em meio ao trabalho de grupo com jovens artistas, um deles procurou o psicólogo para falar, em particular, que já revendeu pequena quantidade de drogas para o sustento próprio e de sua família. Acrescentou que, apesar de não continuar com essa prática, alguns membros de seu grupo tomaram conhecimento e agora o pressionam a vender maconha para eles. Mesmo sem saber o que fazer por ora, o jovem pediu ao psicólogo que mantenha o sigilo e não abra o assunto para os demais envolvidos. Diante dessa situação e com base no Código de Ética, o psicólogo:

(A) deve quebrar o sigilo, haja vista a presença do consumo e do comércio ilegal de maconha;

(B) pode quebrar o sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo;

(C) deve quebrar o sigilo, porém, somente para os membros que pressionam o jovem que confidenciou ao psicólogo;

(D) deve quebrar o sigilo para os familiares e responsáveis do jovem; (E) não pode quebrar o sigilo em nenhuma hipótese.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** O psicólogo não tem o dever de quebrar o sigilo.

(B) **CORRETA.** De acordo com o Código de Ética.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não deve, necessariamente, quebrar o sigilo.

(D) **INCORRETA.** O psicólogo não deve necessariamente quebrar o sigilo para os familiares e responsáveis do jovem.

(E) **INCORRETA.** O psicólogo pode optar pela quebra de sigilo na busca do menor prejuízo.

45. (AL/MT – FGV – 2013) Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

(A) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício p or 60 dias.

(B) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu tr abalho e o custo do investimento, resolve dar continuidade a seu trabalho.

(C) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por ent rar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabal ho, resolve destruir todo o material arquivado.

(D) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.

(E) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante invest imento em propaganda, investiu em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatiza ndo esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** A suspensão é por 30 dias.

(B) **INCORRETA.** A técnica precisa ser regularizada.

(C) **INCORRETA.** O psicólogo não pode destruir o material arquivado, devendo lacrá-lo para posterior uso de seu substituto.

(D) **CORRETA.** O psicólogo pode decidir pela quebra do sigilo na busca pelo menor prejuízo.

(E) **INCORRETA.** Não se deve fazer uso do preço como forma de propaganda.

46. (AL/MT – FGV – 2013)

De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, indique a conduta adequada.

(A) Após a entrevista de triagem, é permitido ao psicólogo sugerir o encaminhamento de paciente para outra instituição em que trabalhe, desde que de comum acordo com o paciente.

(B) Um psicólogo iniciou o trabalho, acertando um valor que considerou justo e que acordou com o paciente. Ao ter mais detalhes sobre a situação financeira do paciente, decidiu cobrar mais pelas sessões do que o previamente acordado.

(C) Durante uma greve dos funcionários, os profissionais de psicologia decidiram manter os atendimentos emergenciais e avisar aos outros pacientes da interrupção do atendimento por um determinado período.

(D) Numa situação emergencial, os psicólogos convocados para ajudar os moradores que perderam suas casas, se recusaram a trabalhar ou disseram que só trabalhariam se fosse pago um adicional pelos serviços prestados.

(E) Um psicólogo foi solicitado pelo gerente de uma empresa a administrar um curso de capacitação para funcionários administrativos que iriam aplicar testes em um processo seletivo.

COMENTÁRIOS:

(A) **INCORRETA.** Mesmo com concordância do paciente, constitui falta ética.

(B) **INCORRETA.** Constitui falta ética alterar o preço do serviço após o valor previamente acordado.

(C) **CORRETA.** Conduta indicada pelo Código de Ética.

(D) **INCORRETA.** É dever prestar serviço em situações de emergência, sem visar benefício pessoal.

(E) **INCORRETA.** É falta ética facilitar ou contribuir para o uso de testes psicológicos por profissionais não psicólogos.

47. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV - 2013) O Código de Ética Profissional do Psicólogo contém algumas disposições relativas à ética em p esquisa. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O psicólogo deve avaliar os riscos envolvidos durante a realização dos procedimentos e dur ante a transmissão dos resultados.

II. O psicólogo deve garantir a participação voluntária por meio de assinatura do termo de consen timento livre e esclarecido.

III. O psicólogo deve assumir o compromisso da transmissão obrigatória dos resultados da p esquisa aos indivíduos ou grupos envolvidos.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **CORRETA.** São recomendações do CFP.

Assertiva II: **CORRETA.** De acordo com o Código.

Assertiva III: **CORRETA.** De acordo com o Código.

RESPOSTA: E.

48. (FIOCRUZ – FGV – 2010) Uma psicóloga recém-formada atendia uma paciente numa clínica social. Considerando que o atendimento nesse local não satisfazia da melhor maneira o bem-estar

de seu paciente, em função dos horários e do deslocamento necessário, consultou a paciente sobre a possibilidade de ser atendida em seu consultório particular, que teria uma melhor localização e onde poderiam dispor de mais horários. Combinada a mudança, e de comum acordo com a paciente, fez um aumento mínimo no preço que era cobrado na clínica. Como não avisou a instituição, o horário foi mantido durante 2 meses, sendo cobrado o montante das sessões à paciente, que só então explicou que não estava mais sendo atendida na clínica. Considere as alternativas a seguir:

I. não houve nenhuma falha grave, uma vez a psicóloga evidenciou interesse pelo bem-estar de seu paciente, que era limitado por horários e deslocamento;

II. o aumento mínimo sobre o preço reduzido anteriormente cobrado, realizado de comum acordo com a paciente, evidenciou que não houve tentativa de obter benefícios com a derivação para seu consultório particular;

III. qualquer modificação no procedimento deveria ser previamente autorizada pela coordenação da clínica e comunicada à secretaria da instituição;

IV. a psicóloga poderia estar cometendo abuso de poder;

V. a psicóloga feriu o Código de Ética Profissional;

Assinale:

(A) se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.

(B) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.

(C) se apenas a alternativa IV estiver correta.

(D) se apenas a alternativa V estiver correta.

(E) se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.

COMENTÁRIOS:

Assertiva I: **INCORRETA.** A atitude de encaminhar para consultório particular fere o Código de Ética.

Assertiva II: **INCORRETA.** Mesmo com aumento mínimo, constitui falta ética.

Assertiva III: **INCORRETA.** Ter comunicado e pedido autorização da clínica não descaracteriza a falta ética.

Assertiva IV: **CORRETA.** Pode ter sido abuso de poder.

Assertiva V: **CORRETA.** A psicóloga cometeu falta ética.

RESPOSTA: E.

49. (EAOAP – AERONÁUTICA - 2017) De acordo com a Resolução CFP nº 010/2005, que dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Psicólogo, no que diz respeito a realização do atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, analise as afirmativas abaixo.

I. O psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações do referido código.

II. No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento não deverá ser realizado até que ao menos um de seus responsáveis compareça.

III. O psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

IV. Nesse tipo de atendimento deve ser comunicado aos responsáveis todas as informações obtidas para se promoverem medidas em benefício da criança, adolescente ou interdito.

Estão corretas apenas as afirmativas

a) II e IV.

b) II e III.

c) I e IV.

d) I e III.

COMENTÁRIOS:

Conforme a Resolução CFP nº 010/2005:

(I) Em seu artigo 8: “Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis”, observadas as determinações da legislação vigente;

(II) Ao contrário do colocado, o parágrafo 1° do artigo 8 postula: “No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes”;
(III) O parágrafo 2° do artigo 8 prefacia: “O psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido”;
(IV) Em contradição ao que é colocado no item, o artigo 13 informa: “No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício”.

RESPOSTA: D.

50. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2016) No que concerne aos respectivos princípios fundamentais do CEP da psicologia, assinale a opção correta.

a) Atuará com responsabilidade independente do aprimoramento profissional. b) Deverá visar à eliminação de negligência, à discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

c) Considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, acatando ordens e normas destes.

d) Impedirá a promoção da universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

COMENTÁRIOS:

No código de Ética Profissional do Psicólogo, no Item II Dos princípios fundamentais é dito que “II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”.

RESPOSTA: B.

51. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2016) É vedado ao psicólogo:

I. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

II. Prolongar, sem necessidade aparente, a prestação de serviços profissionais. III. Emitir documentos com fundamentação e qualidade técnico-científica.

IV. Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes independente de resultar em prejuízo para os envolvidos.

É correto o que é expresso apenas em

a) I e II.

b) I e III.

c) I, II e IV.

d) II, III e IV.

COMENTÁRIOS:

Das responsabilidades do psicólogo no CEP, no artigo segundo tem-se que é vedado ao profissional:

I. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

II. Prolongar, sem necessidade aparente, a prestação de serviços profissionais. IV. Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes independente de resultar em prejuízo para os envolvidos. Dentre outras coisas.

Contudo, a emissão de documentos com fundamentação e qualidade técnico-científica é , na verdade, da ordem das responsabilidades do psicólogo, conforme o Art. 1º ressalta.

RESPOSTA: C.

52. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2016) Assinale a opção correta quanto a uma ação do psicólogo considerada infração disciplinar.

a) Independentemente do valor estipulado pelo serviço, assegurar a qualidade e integridade dos mesmos.

b) Em caso de participação em greve ou paralisação, havendo prévia comunicação aos usuários ou beneficiários de um serviço.

c) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro que tenha vínculo com o atendido relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

d) Negar-se a ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação.

COMENTÁRIOS:

Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro que tenha vínculo com o atendido relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado é uma ação do psicólogo considerada infração disciplinar.

RESPOSTA: C.

53. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2015) O art. 7º do Código de Ética Profissional do Psicólogo discorre sobre a intervenção do psicólogo na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional. Assinale a alternativa que não corresponde a uma situação em que o psicólogo poderá intervir nas prestações de serviços efetuados por outro profissional.

a) Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia utilizada.

b) Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

c) Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional.

d) No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes.

COMENTÁRIOS:

O profissional de psicologia no momento de sua atuação certamente precisa recorrer aos dados referentes ao artigo mencionado, que, por sua vez, orienta ao psicólogo quando ele poderá intervir em um atendimento que está sendo efetuado por outro profissional, sem ferir o código de ética. A afirmativa incorreta é a “D”, visto que apresenta dados referentes ao art. 8º, e não ao 7º.

No código de Ética Profissional do Psicólogo, no Item II Dos princípios fundamentais é dito que “II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”.

RESPOSTA: D.

5 – LISTA DE QUESTÕES



1. (HEPP – IBFC- 2014) Códigos de Ética profissionais são fundamentais para o estabelecimento de padrões esperados quanto ás práticas referendadas por uma respectiva categoria profissional e pela sociedade. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito do atual Código de Ética do Psicólogo:

(A) Foi aprovado em 2005.

(B) É o terceiro da categoria profissional no Brasil.

(C) Seu processo de construção ocorreu num período inferior a seis meses, e contou com a participação de alguns profissionais da categoria de psicólogos, que puderam representar os demais e a sociedade.

(D) Conta com os princípios fundamentais, as responsabilidades do psicólogo e as disposições gerais.

2. (TRT 15º REGIÃO – FCC- 2013) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo (Art. 3º), o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código de Ética. Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo:

(A) Denunciar os colegas, mas manter-se no emprego para gerar transformações.

(B) Manter a prestação de serviços de serviços, respeitando as limitações do empregador.

(C) Permanecer calado e subserviente até que possa deslocar-se para outro emprego.

(D) Recusar-se a prestar serviço e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

(E) Ficar no emprego para obter informações e depois advertir o empregador.

3. (HEPP – IBFC – 2014) Na prática do trabalho do psicólogo, eventualmente podem ocorrer situações em que exista a necessidade de intervenção na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional também da área da Psicologia. Situações como estas são permitidas, de acordo com o atual Código de Ética da categoria, nas seguintes condições:

I – Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

II – Quando informado expressamente, obrigatoriamente por ambas as partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

III – A pedido do profissional responsável pelo serviço.

IV – Em caso de emergência ou risco à pessoa atendida, não necessitando, neste caso, de imediata ciência do profissional responsável pelo acompanhamento do caso.

Estão corretas as alternativas:

(A) I e III são corretas.

(B) Somente I é correta.

(C) II, III e IV são corretas.

(D)Todas são corretas.

4. (SESACRE – FUNCAB – 2014) De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, o psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento, deverá. Marque a alternativa INCORRETA.

(A) Avaliar os riscos envolvidos.

(B) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos.

(C) Garantir o anonimato das pessoas.

(D) Garantir o acesso dos envolvidos aos resultados da pesquisa.

(E) Prestar serviços a organizações concorrentes.

5. (UFJF – COPESE – 2013) O Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pelo Conselho Federal de Psicologia, em resolução que entrou em vigor em 27/08/2005, tem entre seus princípios fundamentais, EXCETO:

(A) O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(B) O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica.

(C) O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica e aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) O psicólogo assumirá responsabilidades profissionais somente para atividades para as quais esteja capacitado e pelas quais receberá salário digno.

6. (TJ/AM – FGV – 2013) De acordo com o Código de Ética dos Psicólogos brasileiros, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo deve prestar serviços à comunidade em situações de emergência ou calamidade sem usufruir benefício pessoal.

(B) O psicólogo, no exercício da profissão, não possui atribuição de comunicar aos órgãos competentes irregularidades observadas.

(C) O psicólogo não é responsável por arquivar resultados do seu trabalho.

(D) O psicólogo poderá sugerir a derivação de um paciente atendido numa instituição para sua clínica privada sempre que for conveniente.

(E) O psicólogo não é obrigado a fornecer os resultados de seu atendimento.

7. (SEPLAG – CESGRANRIO – 2011) Considere a situação em que uma greve de profissionais da saúde paralise as atividades de um equipamento de saúde mental. Considere as afirmativas abaixo acerca das obrigações éticas que cabem a um psicólogo que trabalha nesse serviço.

I – O psicólogo deve garantir a continuidade dos atendimentos pelos quais já era responsável antes do indicativo de greve.

II – O psicólogo deve garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

III – O psicólogo deve avisar previamente aos usuários que haverá a paralisação dos serviços.

É correto apenas o que afirma em:

(A) I

(B) II

(C) III

(D) I e II

(E) II e III

8. (TJ/AM – FGV – 2013) Um psicólogo foi convidado para ser perito de um caso de impedimento por problemas mentais. No decurso do processo, descobriu que um dos familiares do paciente, diretamente envolvido com o caso, era amigo de infância, embora não houvesse um convívio atual sistemático. Sobe o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

(A) O Código de Ética não tem orientação específica para tais situações.

(B) O profissional deveria procurar o amigo informando que era um dos peritos, mas que não sabia das circunstâncias antes de ter o processo em mãos.

(C) O profissional deveria se afastar do caso, pedindo sua substituição.

(D) O profissional não deveria se comunicar com o amigo antes da decisão final.

(E) O profissional deveria consultar outro psicólogo.

9. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, Art.3º, o psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará:

(A) Que não pode prestar serviços profissionais a organizações concorrentes, resultando em benefícios para as partes envolvidas.

(B) A justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário.

(C) Que as atividades de emergência em greves não sejam interrompidas.

(D) Prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela instituição.

(E) A missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras do referido código.

10. (TRT 9º REGIÃO – FCC – 2010) O Código de Ética Profissional do Psicólogo aponta, no art.15 que, em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior:

(A) Encaminhamento às outras especialidades.

(B) Incineração do material.

(C) Utilização pelo psicólogo substituto.

(D) Encaminhamento ao juiz.

(E) Verificação de sua adequação.

11. (SESA/ES – CESPE – 2013) Assinale a opção correta referente ao Código de Ética Profissional dos Psicólogos.

(A) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos a promoção da saúde e de qualidade de vida dos indivíduos e das coletividades, devendo o psicólogo ser neutro em quaisquer formas de violência e de discriminação.

(B) O profissional da psicologia deverá atuar com responsabilidade social e econômica, estando a par dos contextos históricos e sociais. Cabe ao profissional, ainda, a análise crítica das realidades social, cultural e individual na tomada de decisão.

(C) O psicólogo deverá atuar com responsabilidade no desenvolvimento da psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

(D) O profissional de Psicologia deverá promover a universalização do acesso da população às informações e aos serviços, não cabendo sua contribuição no que tange ao conhecimento das especificidades da ciência psicológica.

(E) Constitui princípio fundamental estabelecido pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos o trabalho fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam o artigo 5º da Constituição Federal.

12. (TJ/PR – UFPR – 2013) Quanto à documentação que está sob sua responsabilidade, produzida ao longo de seu exercício profissional em uma instituição jurídica, o psicólogo deve pautar sua atuação no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005). Em relação à atitude adequada que o psicólogo deve assumir, de forma que resguarde o Código de Ética, no que diz respeito tanto a sua relação com a instituição como à documentação, em caso de demissão, exoneração ou extinção de sua função, é correto afirmar:

(A) A partir do ingresso em uma instituição jurídica, o psicólogo deve considerar as políticas, as normas e regras vigentes, sem prejudicar o andamento das decisões tomadas. Portanto, em relação aos seus arquivos confidenciais, caso o serviço de Psicologia seja extinto com sua demissão, ele deve avisar ao Conselho Regional de Psicologia, para que este providencie a destinação desses documentos.

(B) Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável decidirá sobre o destino de seus arquivos confidenciais e avisará o Conselho Regional de Psicologia sobre a extinção de seu cargo, registrando uma denúncia sobre a impossibilidade de dar continuidade aos casos atendidos.

(C) Tanto no caso de demissão e exoneração como no caso de extinção do cargo, é de responsabilidade do psicólogo a guarda de seus arquivos confidenciais durante cinco anos, podendo decidir pelo repasse ou não das informações sob sua guarda para a instituição ou psicólogo que irá substituí-lo.

(D) A documentação produzida pelo psicólogo em uma instituição jurídica, normalmente, são os prontuários aos quais todos têm acesso, pois contêm informações importantes para os casos que estão sendo avaliados. Sendo assim, caso o psicólogo não esteja mais na instituição, qualquer outro profissional da equipe poderá ficar responsável pelas informações.

13. (TJ/SP – VUNESP- 2012) De acordo com o § 2.º, do Art. n.º 8 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP n.º 010/05), o psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido. Esse artigo diz respeito, especificamente, ao atendimento não eventual de

(A) acidentados, trabalhadores e grupos em risco.

(B) pacientes hospitalares, idosos e usuários de drogas.

(C) crianças, adolescentes ou interdito.

(D) estrangeiros, indígenas e mulheres.

(E) aposentados, pensionistas e pessoas em situação de rua.

14. (TRE/BA – CESPE – 2017) Assinale a opção que apresenta princípio fundamental do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

(A) a promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas, porém sem impactar a coletividade

(B) a prática profissional digna e fundamentada nos preceitos religiosos e espirituais seguidos pelo paciente

(C) neutralidade profissional, ainda que com negligenciamento da realidade social, econômica e cultural do paciente

(D) atuação responsável, com aprimoramento contínuo do profissional

(E) prevenção da prática de automedicação por meio da restrição de acesso ao conhecimento da ciência psicológica por público leigo.

15. (TRT 2º REGIÃO – FCC – 2014) O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, deve

(A) garantir que as atividades de emergência não sejam interrompidas.

(B) garantir que o pleito da greve ou paralisação esteja alinhado aos pressupostos básicos mencionados no Art. 1 dos princípios fundamentais do Código de Ética do Profissional Psicólogo.

(C) assegurar que todos os usuários dos serviços de assistência à saúde mental sejam atendidos.

(D) promover de forma crítica pleitos que defendam os direitos de sua categoria.

(E) comunicar ao Conselho Federal de Psicologia sobre seu desacordo sobre alguns itens da pauta da greve ou paralização.

16. (TJ/AP – FCC – 2014) Consta no Código de Ética Profissional do Psicólogo, em seu Art. 21, que as transgressões dos preceitos do Código constituem infração disciplinar com a aplicação de penalidades, na forma de dispositivos legais ou regimentais, dentre elas, a

(A) censura privada.

(B) multa.

(C) permissão do exercício profissional por somente 30 dias.

(D) cassação de documentos.

(E) prisão.

17. (TRF 2º REGIÃO – FCC – 2012) O Código de Ética Profissional do Psicólogo prevê que, quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo

(A) poderá prestar informações, considerando o previsto no referido Código.

(B) não está obrigado a comparecer à audiência.

(C) deve indicar bibliografia que esclareça previamente alguns pontos ao juiz.

(D) pode apenas responder a quesitos.

(E) deve sempre entregar por escrito seus achados e conclusões sobre o caso.

18. (TJ/MS – PUC PR – 2017) Com base no disposto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, marque a alternativa que **NÃO** representa um dever desse profissional.

(A) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados.

(B) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.

(C) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.

(D) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

(E) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar, salvo impedimento por motivo relevante.

19. (DPE/RS – FCC -2017) Mariana, psicóloga com alguns anos de formação clínica, possui dois sobrinhos, filhos de sua única irmã Miriam. Certo dia, em uma conversa familiar, Miriam informou a toda a família que as crianças estão sofrendo muito com a separação conjugal dela e do marido. Miriam foi casada com Ricardo e, após doze anos de relacionamento, o casal decidiu se separar. Comunicaram essa decisão aos filhos de 5 e 7 anos e resolveram que seriam pais amigos e presentes, o que motivou a opção pela guarda compartilhada. No entanto, após 1 ano da separação, Ricardo entrou com uma ação judicial de reversão da guarda para unilateral, sob a alegação que Míriam não estava dando permissão total para seu acesso aos filhos. O juiz determinou perícia psicológica e o ex-casal Míriam e Ricardo, de comum acordo, sugeriu que o trabalho fosse realizado pela psicóloga Mariana, pois ela conhecia melhor do que ninguém as crianças, a história do casal e poderia também oferecer melhores custos para a família que, naquele momento, atravessava dificuldades financeiras.

Levando-se em consideração o Código de Ética Profissional do Psicólogo divulgado pelo Conselho Federal de Psicologia é correto afirmar que

(A) A ponderação do custo-benefício deve ser imperiosa para o juiz na aceitação do nome da perita indicada pelas partes.

(B) Mariana não poderá assumir o encargo de ser perita ou avaliadora da situação, pois possui vínculos pessoais com a família solicitante.

(C) a vinculação pré-existente entre Mariana e a família, que ora lhe solicita a avaliação, trará maior clareza, profundidade e agilidade na análise que será apresentada ao juiz e, portanto, a tarefa pericial deve ser imediatamente iniciada por ela.

(D) a psicóloga Mariana não possui a especialidade solicitada na perícia, qual seja, avaliação de família em sofrimento e, portanto, necessitará solicitar um prazo maior ao juiz para a realização do trabalho.

(E) Mariana poderá apenas formular quesitos, entregá-los aos advogados das partes e, posteriormente, quando tiver conhecimento do laudo protocolado, respondê-los com o cuidado de indicar seu número de registro profissional.

20. (TJ/PR – UFPR – 2017) A Resolução CFP nº 010/2005, aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), sendo possível encontrar:

"Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo."

Analise as afirmativas a seguir.

I. No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

II. O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos, compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações.

III. Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo não poderá prestar informações, considerando a obrigatoriedade

de manutenção do sigilo.

IV. A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas vigentes,

devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

V. Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará todas as informações referentes ao trabalho desenvolvido.

Assinale a alternativa que corresponde às afirmativas **CORRETAS**.

A) II, III e IV.

B) I, II e IV.

C) III e IV.

D) I, III e V.

E) II, IV e V.

21. (MPE/AC – FMP CONCURSOS – 2013) As transgressões dos preceitos do Código de Ética constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

(A) Aviso.
(B) Advertência.
(C) Multa ou multa com censura pública, sendo esta última ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.
(D) Suspensão do exercício profissional, por até trinta dias, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.
(E) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Regional de Psicologia.

22. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) De acordo com o Código de Ética profissional dos psicólogos, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente, deverá:

(A) Avaliar os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos quanto pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, os grupos, as organizações e as comunidades envolvidas.
(B) Informar seu nome completo, CRP e seu número de registro.
(C) Garantir o anonimato das pessoas, dos grupos ou das organizações , salvo se a divulgação das identidades constituir interesse manifesto destes.

(D) Garantir o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando-se os princípios deste Código.

(E) Garantir o acesso das pessoas, dos grupos ou das organizações aos resultados das pesquisas ou dos estudos após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

23. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) Segundo o Código de Ética profissional dos Psicólogos (Resolução CFP nº10/2005), é vedado ao psicólogo

(A) Estipular o valor de acordo com as características da atividade e o comunicar ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado.

(B) Induzir a convicções políticas, religiosas, filosóficas, morais, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito quando do exercício de suas funções profissionais.

(C) Participar de greves ou paralisações.

(D) Encaminhar a profissionais ou instituições habilitados e qualificados demandas que extrapõem seu campo de atuação.

(E) Intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, a pedido do profissional responsável pelo serviço.

24. (IAMSPE – QUADRIX – 2017) O Código de Ética profissional dos psicólogos estabelece padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional. Nesse sentido, é correto afirmar que o psicólogo

(A) Assegure a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

(B) Deve comunicar todas as informações da sessão aos responsáveis no atendimento à criança.

(C) Esteja impedido de prestar informações quando requisitado a depor em juízo, mesmo considerando-se o previsto no Código de Ética profissional dos psicólogos.

(D) Esteja dispensado de zelar por seus arquivos confidenciais em caso de interrupção do trabalho por quaisquer motivos.

(E) Possa divulgar a identidade das pessoas envolvidas em caso de pesquisas.

25. (TJ/PI – FGV – 2015) Renata é psicóloga do Tribunal de Justiça, lotada numa Vara de Infância e Juventude. Contudo, nas horas vagas, ela atua numa organização sem fins lucrativos, que orienta e atende famílias em processo de adoção. Em geral, ao perceber as dificuldades das pessoas atendidas no tribunal, Renata costuma sugerir o encaminhamento para essa organização onde ela trabalha. De acordo com o Código de Ética profissional do psicólogo:

(A) não há infração ética, por se tratar de organização sem fins lucrativos;

(B) não há infração ética, desde que o encaminhamento esteja de acordo com o melhor interesse da criança;

(C) não há infração ética, contanto que as pessoas sejam atendidas por outros psicólogos da Vara de Infância e Juventude onde Renata está lotada;

(D) há infração ética somente no caso de Renata atender ou supervisionar na organização as mesmas pessoas que encaminhou do Tribunal;

(E) há infração ética caso o desvio para a organização vise o benefício próprio da Renata.

26. (TRT 1 – AOCP – 2018) De acordo com o Código de Ética profissional do Psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) É vedado ao psicólogo promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente.

(B) Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

(C) Em atividades com equipes multiprofissionais, o psicólogo compartilhará todas as informações a que teve acesso assinalando a responsabilidade de quem as receber pela manutenção do sigilo.

(D) É vedado ao Psicólogo informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.

(E) O psicólogo poderá divulgar, ensinar, ceder, emprestar ou vender a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que não utilize mais em seus serviços.

27. (EBSERH – AOCP – 2017) Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. O Código de Ética da Psicologia é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas, de atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes. De acordo com o código que rege a profissão do psicólogo, assinale a alternativa correta.

(A) O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, poderá divulgar qualificações, valores, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão, a fim de esclarecimentos a população.

(B) Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo como demissão ou exoneração, ele fica responsável por guardar de maneira segura todo o seu material, evitando que o outro profissional tenha acesso para que não haja nenhum tipo de exposição do paciente ou quebra de sigilo.

(C) De acordo com o Art. 7º- o psicólogo não poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional.

(D) O Art. 16 prevê, em relação à realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, que o psicólogo avaliará os riscos

envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas.

(E) Não é vedado ao psicólogo, de acordo com o Art. 2º-, desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional.

28. (EBSERH – AOCP – 2016) A ética é um princípio eficaz dentro de uma profissão e, quando cumprida de forma correta, há benefícios tanto para quem pratica, quanto para quem recebe. A prática da psicologia é norteada por um código de ética profissional. Assinale a alternativa correta no que diz respeito a esse código.

(A) No Brasil, a regulamentação da psicologia como profissão aconteceu em 27 de agosto de 1962, concomitantemente com o código de ética da profissão, que se mantém inalterado desde então.

(B) De acordo com o Art. 2º do código de ética profissional do psicólogo, a ele é vedado fornecer ao seu substituto, quando solicitado, as informações necessárias à evolução do trabalho.

(C) É dever do psicólogo induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços, visando à promoção da saúde.

(D) É vedado ao psicólogo, segundo o Art. 2º do código de ética, prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão.

(E) É dever do psicólogo receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços.

29. (PREF. MARILENA/PR – AOCP – 2016) De acordo com o Código de Ética, é permitido ao psicólogo

(A) induzir pessoas ou instituições a recorrer a seus serviços.

(B) realizar diagnóstico e divulgar procedimentos em meios de comunicação.

(C) identificar o sujeito ao relatar estudo ou análise de caso.

(D) prestar informações que esclareçam a natureza básica dos seus serviços.

(E) divulgar o preço de seus serviços para fazer propaganda de seus atendimentos.

30. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) De acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo, cabe a este profissional, EXCETO

(A) basear seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.

(B) desconsiderar as relações de poder nos contextos em que atua, pois essas relações não são fundamentais ao avanço e desenvolvimento das instituições.

(C) contribuir para promover a universalização do acesso da população às informações e ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

(D) zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a psicologia esteja sendo aviltada.

(E) atuar com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

31. (PREF. DE FUNDÃO – AOCP – 2014) No que se refere às responsabilidades do psicólogo, conforme o seu Código de Ética, é vedado a este profissional, EXCETO

(A) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

(B) ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais.

(C) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

(D) estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

(E) receber ou pagar, remuneração ou porcentagem, por encaminhamento de serviços.

32. (UFPE – UFPE – 2016) O atual Código de Ética do Psicólogo busca:

A) valorizar os princípios fundamentais que devem orientar a relação do Psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência.

B) orientar o Psicólogo sobre os principais dilemas éticos que norteiam suas práticas particulares, por considerar que tais dilemas estão restritos a práticas específicas.

C) contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a dificuldade de inserção do Psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais.

D) estimular reflexões que considerem a profissão em suas práticas particulares.

E) fixar a remuneração do trabalho do Psicólogo em todas as suas áreas de atuação.

33. (UFPE – UFPE – 2016) De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, é vedado ao Psicólogo:

A) estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia.

B) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.

C) ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação.

D) sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente.

E) levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes do Código de Ética ou da legislação profissional.

34. (UFPE – UFPE – 2016) De acordo com o Código de Ética Profissional, o psicólogo deve:

A) trabalhar visando promover a saúde dos trabalhadores e os objetivos organizacionais.

B) considerar as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, sem se posicionar, contudo.

C) utilizar os testes psicológicos, de acordo com a Resolução do CRP e avaliar a fidedignidade dos instrumentos e técnicas psicológicas.

D) prestar serviços profissionais a organizações concorrentes para favorecer as partes envolvidas.

E) transmitir somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário

35. (UFPE – UFPE – 2013) Com base no Código de Ética Profissional, não é dever do Psicólogo: A) praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

B) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.

C) assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado, pessoal, teórica ou tecnicamente.

D) prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefícios pessoais.

E) estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de psicologia.

36. (FGV- AL/MT – 2013) Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a alternativa que indica o procedimento correto.

(F) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício por 60 dias.

(G) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu trabalho e o curto do investimento, resolve dar continuidade ao seu trabalho.

(H) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por entrar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabalho, resolve destruir todo o material arquivado.

(I) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.

(J) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante investimento em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatizando esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

37. (TJ/GO – FGV – 2014) Ao receber as pessoas encaminhadas para serem avaliadas, por determinação judicial, o psicólogo percebeu que uma delas foi seu chefe na instituição onde trabalhou antes de ingressar no tribunal. O psicólogo:

(A) poderá realizar a avaliação psicológica, já que não existe mais vínculo com tal pessoa;

(B) poderá realizar a avaliação psicológica, caso não possua vínculos pessoais com tal pessoa;

(C) deverá realizar a avaliação psicológica, sob risco de descumprir a determinação judicial;

(D) não poderá realizar a avaliação psicológica, haja vista os vínculos pessoais ou profissionais poderem afetar o trabalho;

(E) não poderá realizar a avaliação psicológica, tendo em vista a relação hierárquica anterior entre ele e a pessoa.

38. (DPE/MT – FGV – 2015) Frederico e Márcia foram encaminhados à avaliação psicológica na medida em que vivenciam um processo conflituoso de disputa de guarda em relação à filha que, em razão do litígio, vem sofrendo intensamente. A filha acredita que a sua atual madrasta foi pivô da separação de seus pais e, por isso, vem reagindo à convivência dela. Frederico nega categoricamente que isso tenha ocorrido e, nos autos, atribui o comportamento da filha à alienação parental da mãe. Nas entrevistas das partes, o psicólogo escutou os problemas pretéritos havidos no intercurso da união do casal. Em seguida, o psicólogo chamou o advogado de Frederico e comunicou que este já mantinha relacionamento com a atual companheira durante a união com Márcia. Tal conhecimento foi confidenciado por Frederico durante a entrevista e o profissional lhe avisou que daria tal informação a seu advogado. De acordo com o código de ética profissional, ao fazer essa comunicação, o psicólogo

(A) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois além de ser absolutamente inviolável, decorreu de um gesto de confiança de Frederico ao confidenciar algo durante a entrevista psicológica.

(B) comete infração ética ao quebrar o sigilo, pois, no relacionamento com profissionais não psicólogos, o psicólogo não deve compartilhar informações de caráter confidencial, a menos por determinação judicial.

(C) não comete infração ética caso seja uma informação importante que definirá a guarda em favor de Marcia, em considerando que os problemas pretéritos de relacionamento devem orientar as atribuições parentais.

(D) não comete infração ética caso seja uma informação relevante para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial da comunicação, assinalando a responsabilidade do advogado de preservar o sigilo.

(E) comete necessariamente infração ética caso o psicólogo comunicasse ao advogado sem avisar Frederico e mesmo que baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

39. (PREF. DE CUIABÁ/MT – FGV – 2015) João possui 50 anos e é civilmente interditado desde os 30. Ele iniciou atendimento com o psicólogo que, depois de algumas entrevistas preliminares, quis procurar algum responsável legal para autorizar a continuidade do tratamento. Na medida em que nenhum responsável se apresentou, o psicólogo não viu necessidade de comunicar mais nada e deu continuidade ao tratamento. De acordo com o Código de Ética Profissional,

(A) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, endossando a incapacidade civil do paciente.

(B) o psicólogo cometeu infração ética ao buscar o responsável legal, na medida em que quebraria o sigilo profissional.

(C) o psicólogo cometeu infração ética ao continuar o tratamento sem comunicar às autoridades competentes.

(D) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética na medida em que não se trata de paciente menor de idade.

(E) o psicólogo não cometeu nenhuma infração ética haja vista não ter aparecido nenhum responsável.

40. (CÂMARA DO RECIFE/PE – FGV – 2014) O responsável legal por um paciente que o psicólogo atende solicitou que fossem prestados alguns esclarecimentos à autoridade judicial para definir um processo de guarda e regulamentação de visita. De acordo com o Código de Ética Profissional, o psicólogo deve:

(A) informar as intervenções e a orientação do projeto terapêutico;

(B) comunicar o diagnóstico, o prognóstico e a evolução do caso;

(C) opinar de forma fundamentada sobre a guarda e regulamentação de visita;

(D) transmitir somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o paciente;

(E) resguardar o sigilo profissional e não comunicar nada ao juiz.

41. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014) De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, é seu dever fundamental:

(A) prestar serviços psicológicos de qualidade, devendo comunicar ao seu conselho, num prazo máximo de um mês, caso se utilize de técnicas ainda não reconhecidas na legislação profissional;

(B) prestar serviços profissionais em situação de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;

(C) fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado, mediante pagamento por seus serviços;

(D) informar os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo todas as informações neles obtidas para a tomada de decisões que afetam o usuário ou beneficiário;

(E) preservar uma relação colaborativa com outro profissional psicólogo, levando ao conhecimento das instâncias competentes somente os casos de exercício ilegal ou irregular da profissão.

42. (PREF. DE OSASCO – FGV – 2014) Há situações em que o psicólogo pode se deparar com o conflito entre o sigilo profissional e os valores que embasam a declaração universal dos direitos humanos. Em casos assim, de acordo com o Código de Ética Profissional, ele poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca:

(A) da liberdade;

(B) da dignidade;

(C) do bem-estar;

(D) de seu benefício;

(E) do menor prejuízo.

43. (FUNARTE – FGV – 2014) O psicólogo comete infração ao Código de Ética na seguinte situação:

(A) prestar serviço profissional em situação de calamidade pública ou emergência, sem visar benefício pessoal;

(B) levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes do Código de Ética ou da legislação profissional;

(C) pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;

(D) estipular o valor da remuneração de acordo com as características de sua atividade e comunicá-lo ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

(E) intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, numa situação de trabalho multiprofissional em que a intervenção faz parte da metodologia adotada.

44. (FUNARTE – FGV – 2014) Em meio ao trabalho de grupo com jovens artistas, um deles procurou o psicólogo para falar, em particular, que já revendeu pequena quantidade de drogas para o sustento próprio e de sua família. Acrescentou que, apesar de não continuar com essa prática, alguns membros de seu grupo tomaram conhecimento e agora o pressionam a vender maconha para eles. Mesmo sem saber o que fazer por ora, o jovem pediu ao psicólogo que mantenha o sigilo e não abra o assunto para os demais envolvidos. Diante dessa situação e com base no Código de Ética, o psicólogo:

(A) deve quebrar o sigilo, haja vista a presença do consumo e do comércio ilegal de maconha;

(B) pode quebrar o sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo;

(C) deve quebrar o sigilo, porém, somente para os membros que pressionam o jovem que confidenciou ao psicólogo;

(D) deve quebrar o sigilo para os familiares e responsáveis do jovem; (E) não pode quebrar o sigilo em nenhuma hipótese.

45. (AL/MT – FGV – 2013)

Segundo o Código de Ética do Psicólogo, assinale a afirmativa que indica o procedimento correto.

(A) Em caso de condenação por ato indevido, o Código prevê a suspensão do direito de exercício p or 60 dias.

(B) Um psicólogo resolveu dar início ao atendimento e formação de outros profissionais segundo uma técnica ainda não regularizada no Brasil. O psicólogo, considerando a seriedade de seu tr abalho e o custo do investimento, resolve dar continuidade a seu trabalho.

(C) Um psicólogo atuou em uma instituição de internação de menores durante dois anos e, por ent rar em conflito com seu superior, foi demitido. Considerando a demissão uma afronta a seu trabal ho, resolve destruir todo o material arquivado.

(D) Cabe ao psicólogo avaliar as situações em que é necessário quebrar o sigilo profissional.

(E) Um grupo de profissionais, com o objetivo de angariar mais clientes, fizeram importante invest imento em propaganda, investiu em propaganda, cobrando preços abaixo do mercado e enfatiza ndo esse aspecto nos cartazes e panfletos distribuídos.

46. (AL/MT – FGV – 2013)

De acordo com o Código de Ética do Psicólogo, indique a conduta adequada.

(A) Após a entrevista de triagem, é permitido ao psicólogo sugerir o encaminhamento de paci ente para outra instituição em que trabalhe, desde que de comum acordo com o paciente.

(B) Um psicólogo iniciou o trabalho, acertando um valor que considerou justo e que acordou c om o paciente. Ao ter mais detalhes sobre a situação financeira do paciente, decidiu cobrar m ais pelas sessões do que o previamente acordado.

(C) Durante uma greve dos funcionários, os profissionais de psicologia decidiram manter os at endimentos emergenciais e avisar aos outros pacientes da interrupção do atendimento por um de terminado período.

(D) Numa situação emergencial, os psicólogos convocados para ajudar os moradores que perdera m suas casas, se recusaram a trabalhar ou disseram que só trabalhariam se fosse pago um adicio nal pelos serviços prestados.

(E) Um psicólogo foi solicitado pelo gerente de uma empresa a administrar um curso de capacit ação para funcionários administrativos que iriam aplicar testes em um processo seletivo.

47. (FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/SP – FGV - 2013)

O Código de Ética Profissional do Psicólogo contém algumas disposições relativas à ética em p esquisa. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O psicólogo deve avaliar os riscos envolvidos durante a realização dos procedimentos e dur ante a transmissão dos resultados.

II. O psicólogo deve garantir a participação voluntária por meio de assinatura do termo de consen timento livre e esclarecido.

III. O psicólogo deve assumir o compromisso da transmissão obrigatória dos resultados da p esquisa aos indivíduos ou grupos envolvidos.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

48. (FIOCRUZ – FGV – 2010) Uma psicóloga recém-formada atendia uma paciente numa clínica social. Considerando que o atendimento nesse local não satisfazia da melhor maneira o bem-estar de seu paciente, em função dos horários e do deslocamento necessário, consultou a paciente sobre a possibilidade de ser atendida em seu consultório particular, que teria uma melhor localização e onde poderiam dispor de mais horários. Combinada a mudança, e de comum acordo com a paciente, fez um aumento mínimo no preço que era cobrado na clínica. Como não avisou a instituição, o horário foi mantido durante 2 meses, sendo cobrado o montante das sessões à paciente, que só então explicou que não estava mais sendo atendida na clínica. Considere as alternativas a seguir:

I. não houve nenhuma falha grave, uma vez a psicóloga evidenciou interesse pelo bem-estar de seu paciente, que era limitado por horários e deslocamento;

II. o aumento mínimo sobre o preço reduzido anteriormente cobrado, realizado de comum acordo com a paciente, evidenciou que não houve tentativa de obter benefícios com a derivação para seu consultório particular;

III. qualquer modificação no procedimento deveria ser previamente autorizada pela coordenação da clínica e comunicada à secretaria da instituição;

IV. a psicóloga poderia estar cometendo abuso de poder;

V. a psicóloga feriu o Código de Ética Profissional;

Assinale:

(A) se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.

(B) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.

(C) se apenas a alternativa IV estiver correta.

(D) se apenas a alternativa V estiver correta.

(E) se apenas as alternativas IV e V estiverem corretas.

49. (EAOAP – AERONÁUTICA - 2017) De acordo com a Resolução CFP nº 010/2005, que dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Psicólogo, no que diz respeito a realização do atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, analise as afirmativas abaixo.

I. O psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações do referido código.

II. No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento não deverá ser realizado até que ao menos um de seus responsáveis compareça.

III. O psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

IV. Nesse tipo de atendimento deve ser comunicado aos responsáveis todas as informações obtidas para se promoverem medidas em benefício da criança, adolescente ou interdito.

Estão corretas apenas as afirmativas

a) II e IV.

b) II e III.

c) I e IV.

d) I e III.

50. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2016) No que concerne aos respectivos princípios fundamentais do CEP da psicologia, assinale a opção correta.

a) Atuará com responsabilidade independente do aprimoramento profissional. b) Deverá visar à eliminação de negligência, à discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

c) Considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, acatando ordens e normas destes.

d) Impedirá a promoção da universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

51. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2016) É vedado ao psicólogo:

I. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.

II. Prolongar, sem necessidade aparente, a prestação de serviços profissionais. III. Emitir documentos com fundamentação e qualidade técnico-científica.

IV. Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes independente de resultar em prejuízo para os envolvidos.

É correto o que é expresso apenas em

a) I e II.

b) I e III.

c) I, II e IV.

d) II, III e IV.

52. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2016) Assinale a opção correta quanto a uma ação do psicólogo considerada infração disciplinar.

a) Independentemente do valor estipulado pelo serviço, assegurar a qualidade e integridade dos mesmos.

b) Em caso de participação em greve ou paralisação, havendo prévia comunicação aos usuários ou beneficiários de um serviço.

c) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro que tenha vínculo com o atendido relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado.

d) Negar-se a ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação.

53. (EAOAP – AERONÁUTICA – 2015) O art. 7º do Código de Ética Profissional do Psicólogo discorre sobre a intervenção do psicólogo na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional. Assinale a alternativa que não corresponde a uma situação em que o psicólogo poderá intervir nas prestações de serviços efetuados por outro profissional.

a) Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia utilizada.

b) Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.

c) Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional.

d) No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes.

6. GABARITO

1. C
2. D
3. A
4. E
5. D
6. A
7. E
8. C
9. E
10. C
11. C
12. A
13. C
14. D
15. A
16. B
17. A
18. A
19. B
20. B
21. B
22. B
23. B
24. A
25. E
26. B
27. D
28. D
29. D
30. B
31. C
32. A
33. C
34. E
35. A
36. D
37. D
38. D

39. C
40. D
41. B
42. E
43. C
44. B
45. D
46. C
47. E
48. E
49. D
50. B
51. C
52. C
53. D

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.